



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número 8
Horta, Quinta-feira, 25 de Janeiro de 2001

Presidente: Deputado Fernando Menezes
Secretários: Deputados António Loura e Raul Rego

Sumário

No **Período de Antes da Ordem do Dia** e depois de efectuada a leitura do expediente, passou-se ao tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região. Assim, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Herberto Rosa (*PS*), Aires Reis (*PSD*), António Gomes (*PS*), Mark Marques (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Lizuarte Machado (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Bento Barcelos (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Ana Paula Marques (*PS*), João Cunha (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), José San-Bento (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*).

Encerrado este ponto, iniciou-se o **Período da Ordem do Dia** com a continuação do debate da **Proposta de Resolução** sobre “**Constituição da Comissão Eventual sobre uma Nova Assembleia para o Novo Século**”, no qual participaram os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*); Duarte Freitas (*PSD*), Dionísio Sousa (*PS*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, passou-se ao segundo ponto da ordem do dia constituído pela **Proposta de Resolução sobre “Constituição da Comissão Eventual para a Revisão do Sistema Eleitoral”**.

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), intervieram os Srs. Deputado Paulo Valadão (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Alvarino Pinheiro (*PP*), tendo merecido a mesma a unanimidade da Câmara.

Como terceiro ponto, esteve patente a **Proposta de Resolução sobre “Estudo da Leptospirose .**

Usaram da palavra os Srs. Deputado Paulo Valadão (*PCP*), a quem coube a apresentação da proposta, e a Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*).

Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Posteriormente, foi debatida e votada, por unanimidade, a **Proposta de Resolução — “Medidas de combate à leptospirose”**.

Participaram neste debate os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*) e José Decq Mota (*PCP*).

Finalmente, e por escrutínio secreto, foram eleitos os **Representantes da Região no Conselho Económico Social, no Conselho de Opinião e no Conselho Nacional de Educação**.

Após a votação, por unanimidade, da **Proposta de Resolução**, oriunda da Mesa, **que declara findo o período Legislativo de Janeiro**, os trabalhos foram dados por encerrados.

(Os trabalhos terminaram às 17 horas e 50 minutos)

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados.
Vamos dar início aos nossos trabalhos.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira **Marques**
Andreia Martins **Cardoso** da Costa
António José Tavares de **Loura**
Augusto António Rua **Elavai**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Dionísio Mendes de **Sousa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Hernâni Hélio **Jorge**
João António Ferreira **Ponte**
José António **Cabral** **Vieira**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José **Humberto** Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarde Manuel **Machado**
Luís **Paulo** de Serpa **Alves**
Manuel **Avelar** da Cunha Santos
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel **Soares** da **Silveira**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Menezes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota
Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados. Temos quórum.

Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência.

Secretário (António Loura): Da Ilha das Flores, envio de uma petição, sobre “Localização do Aterro Sanitário da Ilha das Flores”.

Baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (José Rego): Dos Srs. Deputados do PS, Francisco Barros e Cláudia Cardoso, envio de um requerimento do seguinte teor:

“Os deputados do Partido Socialista abaixo-assinados, vêm, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais legalmente aplicáveis, requerer a V. Exa., a seguinte informação:

— Quais os Directores de Serviço e Chefes de Divisão que estiveram na comissão de serviço da Secretaria da Educação e Cultura, no período compreendido entre os anos 1992 e 1996;

— Quais desses Directores de Serviço ou Chefes de Divisão não terminaram a sua comissão de serviço e por quem foram substituídos;

— A quais desses Directores de Serviço e Chefes de Divisão foram atribuídas indemnizações pela não conclusão da comissão de serviço, e quais os montantes dessas indemnizações.

Angra do Heroísmo, 22 de Janeiro de 2001.

Os Deputados Regionais: Francisco Barros e Andreia Cardoso.”

Secretário (António Loura): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um requerimento em que propõe para representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social os Srs. Prof. Dr. Fernando Rosa Rodrigues Lopes — efectivo; Eng. Luís Tadeu da Silva Dutra — efectivo; Enf. Francisco Menezes Branco — suplente; Francisco Jorge Silva Ferreira — suplente.

Secretário (José Rego): Do Grupo Parlamentar do PS, um requerimento em que propõe para representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da RTP o Sr. Prof. Rúben Rodrigues.

Secretário (António Loura): Do Grupo Parlamentar do PS, um requerimento em que propõe para representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação o Sr. Dr. Vítor Rui Ramalho Bettencourt Dóres.

Presidente: Lida a correspondência, vamos passar ao ponto seguinte do Período de Antes da Ordem do Dia, para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como costuma dizer um amigo meu, **não é fácil viver em ilhas e muito menos nestas ilhas de baixo**. E este meu amigo fundamenta a sua afirmação nas dificuldades acrescidas que as populações das ilhas do Grupo Ocidental — e neste caso os florentinos — enfrentam nas mais diversas áreas, e, de modo muito particular, nas deslocações de e para a sua ilha, em que estão exclusivamente dependentes do transporte aéreo. Tal como acontece com aqueles que nos visitam.

E, na presença dos factos, temos de convir que, infelizmente, assim é.

Vivendo numa ilha amiúde fustigada por fortes ventos, não raro acontece aos florentinos ficarem isolados durante vários dias consecutivos. Numa ilha em que, especialmente durante o Inverno, predominam os ventos do quadrante Oeste, e com uma pista de aterragem orientada Norte-Sul, é frequente sucederem-se cancelamentos ao longo de vários dias. Foi o que aconteceu recentemente, por altura do Natal, e é o que está a acontecer presentemente, pois que esta semana a SATA ainda não conseguiu realizar qualquer voo para aquela ilha.

Esta é uma fatalidade que obviamente temos de aceitar. Não é possível lutar contra a fúria dos elementos, não podemos mudar a orientação da pista e por certo ninguém defende — muito menos os florentinos — que a segurança da operação possa ser minimamente posta em causa.

Acontece porém, muitas vezes, que os cancelamentos se ficam a dever a questões de visibilidade, neste caso, sem pôr em causa a segurança, é possível melhorar as condições de operacionalidade. É isso, aliás, que esperamos venha a acontecer brevemente, pois que, ao que conseguimos apurar, já

foi aprovado o procedimento de descida para o Aeroporto das Flores, e a sua publicação deverá ocorrer dentro de pouco tempo.

Não é também raro acontecer que, logo após um cancelamento o tempo melhore, mas já não seja possível repor o voo, porque, no Aeroporto das Flores, a operação só pode ocorrer entre o nascer e o pôr-do-sol. Tal como acontece, aliás, nos aeródromos de São Jorge, da Graciosa, do Pico e do Corvo.

Neste âmbito, acresce ainda o facto de que, nomeadamente pelo seu afastamento geográfico relativamente às outras ilhas e sobretudo em relação à ilha de São Miguel, ponto de origem diário dos voos da SATA, a ilha das Flores não é só prejudicada pelos seus próprios problemas, sendo também muitas vezes penalizada pelos problemas dos outros.

É o que acontece quando, devido a condições meteorológicas adversas no aeroporto de origem ou nas escalas intermédias, são atrasados os voos com destino às Flores. Em função da distância e a exemplo do que sucedeu há cerca de duas semanas atrás, nomeadamente por causa do nevoeiro que levou ao encerramento do Aeroporto de Ponta Delgada durante algumas horas, a ligação às Flores acaba quase sempre por ser cancelada, também devido ao facto da pista das Flores não estar certificada para voos nocturnos e, muitas vezes, por uma questão de apenas alguns minutos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi por ter sido alertado para este problema e desde logo ter tomado consciência da urgente necessidade de pôr cobro a esta situação, que o VII Governo Regional, na primeira reunião do Conselho realizada nas Flores, em 19 de Março de 1997, decidiu encarregar o Secretário Regional da Economia de — e passo a citar — **desenvolver esforços junto da ANA/EP no sentido de se proceder a obras de iluminação da pista do Aeroporto da Ilha das Flores, o que permitirá aumentar a operacionalidade da SATA/AIR AÇORES e dar uma resposta mais eficiente nos casos em que se torna necessário evacuar doentes** — fim de citação.

Contudo, hoje, e passados que são quase quatro anos, tudo se mantém praticamente na mesma.

É verdade que, em resultado dos esforços desenvolvidos pelo Governo Regional junto da ANA, a pista das Flores já dispõe de iluminação há mais de um ano, o que tem vindo a permitir à Força Aérea Portuguesa a realização de evacuações sanitárias durante a noite. Mas, até ao momento, a iluminação ainda não foi certificada, e, muito sinceramente, não conseguimos encontrar uma razão plausível para tanta demora.

Segundo a versão oficial, faltam adquirir novos reguladores de brilho, falta construir um novo posto de transformação e falta instalar uma central eléctrica de emergência. Depois deste tempo todo, não podemos também deixar de acrescentar, porque não conseguimos encontrar outra explicação para tão grande atraso, que, da parte da empresa responsável, existe também uma enorme falta de vontade.

E o pior é que, segundo aquilo a que poderíamos chamar, em gíria jornalística, **fontes bem informadas**, existem sérias dúvidas de que o INAC possa vir a certificar aquela iluminação, uma vez que o material instalado no Aeroporto das Flores, embora sendo novo naquela ilha, era já velho no Porto Santo, ou seja, a ANA terá decidido instalar nas Flores material que, por obsoleto, foi substituído no Aeroporto de Porto Santo e que, por isso mesmo, poderá já não dar garantias da necessária e indispensável fiabilidade.

Esta é uma situação que, a confirmar-se, se reveste de particular gravidade, pelo que deverá merecer a necessária atenção e as adequadas diligências da parte do Governo Regional e designadamente por parte do Sr. Secretário Regional da Economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Temos perfeita consciência de que, apesar de tudo o que puder ser feito, vai continuar a não ser fácil viver em ilhas e que essas dificuldades continuarão a ser particularmente sentidas nas *ilhas de baixo*. Mas temos igualmente a convicção de que será sempre possível encontrar formas de minorar tais dificuldades. No caso concreto que abordamos nesta intervenção, é inegável que tal desiderato pode ser conseguido com a certificação da iluminação da pista do Aeroporto das Flores, a par da publicação dos respectivos procedimentos de descida.

E, porque possível, a concretização de tais objectivos torna-se necessária e urgente. Tendo em conta aquilo que ficou decidido em 1997, exortamos o Governo Regional e nomeadamente o Sr.

Secretário Regional da Economia, para que, nesta matéria, proceda em conformidade, com firmeza e sem demora. Para bem da ilha das Flores, que o mesmo é dizer, para bem dos Açores. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do PCP e do Sr. Secretário Regional do Ambiente)

Presidente: Srs. Deputados, antes de continuarmos, eu queria assinalar a presença, nesta Câmara, dos alunos do curso técnico de gestão agrícola, da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A lavoura de São Jorge passou, recentemente — no Verão de 2000 —, um período extremamente complexo, que ficou marcado por graves problemas ao nível do abastecimento de água.

Está provado pela experiência, que o sistema implementado em São Jorge para abastecer as explorações agro-pecuárias, tal como está, é ineficaz.

Não vale a pena teimar.

Os tanques que foram montados — diria mesmo à última da hora, o que é sempre mau sinal..— não resultaram.

É necessário resolver o problema de outra forma. Definitiva, como o assunto merece ser tratado.

Gostaria mesmo, de ouvir o Sr. Secretário Regional da Agricultura pronunciar-se sobre as seguintes questões que não estão devidamente esclarecidas:

— Quando é que o Governo Regional vai dar início às acções previstas no protocolo, assinado com a Câmara Municipal da Calheta, em Outubro de 1997, para o abastecimento de água à lavoura?

— Como vai ser resolvido este assunto no Concelho das Velas?

O abastecimento de água à lavoura, em São Jorge, tem que merecer do Governo Regional, uma atenção diferente daquela que lhe foi dada ultimamente.

Não vale a pena montarem-se tanques que não se adaptam ao clima das zonas mais altas de São Jorge. É uma solução provisória e de último recurso, para um problema que, pela sua importância, merece respostas bem diferentes e muito mais definitivas e eficazes.

Em nosso entender, se são necessárias medidas intercalares, os reservatórios existentes nos leitos das ribeiras deveriam ser imediatamente ampliados.

Julgamos também que esses mesmos reservatórios deveriam ser vedados por forma a evitar o aparecimento de animais mortos no seu interior.

Sr. Secretário Regional:

Os lavradores de São Jorge foram muito prejudicados e tiveram uma sobrecarga de trabalho enorme, durante muitos meses do ano passado.

É preciso, e é mesmo urgente, tomar decisões mais acertadas para evitar que se registem, no próximo Verão, os problemas de abastecimento de água à lavoura que já conhecemos, cujas consequências são sempre muito desagradáveis.

Este assunto nunca será bem resolvido apenas com soluções provisórias.

O Governo deve encará-lo com as medidas adequadas como prevê o protocolo que referi anteriormente.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É urgente — e este é outro assunto que quero trazer a esta tribuna — regulamentar e adaptar à Região os Sistemas de Incentivos de apoio aos investimentos no Turismo.

Lembro que a morosidade registada no processo é já responsável por se perderem avultados investimentos, e um ano de trabalho e de apoios.

São Jorge continua com dificuldades em garantir os investimentos de que necessita para se desenvolver no âmbito da indústria do turismo. Por vários motivos.

Desde logo pela deficiente programação dos transportes, o que deixa os operadores turísticos de mãos atadas, pois não sabem com o que podem contar no próximo Verão, por exemplo, quanto aos transportes marítimos de passageiros.

Mas, como dizia, quando aparecem investimentos importantes, não podemos queimar tempo. É preciso que os investidores se sintam apoiados e incentivados.

Recorde-se que existiam grandes expectativas à volta dos financiamentos do III Quadro Comunitário de Apoio.

Demoras, como as que se registam na entrada em vigor dos incentivos, podem, nalgumas ilhas, provocar o desânimo e por vezes mesmo a desistência de alguns investidores.

Numa ilha como São Jorge esses atrasos podem ser negativamente decisivos para o seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Fajãs de São Jorge têm estado no centro das atenções pelo seu interesse sócio-cultural, turístico e patrimonial – neste último caso, quer sob o ponto de vista da natureza, quer no que se refere ao património construído.

Possuem já regulamentação regional e municipal que permite um enquadramento normativo adequado à sua preservação.

Como é sabido, a Câmara Municipal da Calheta está a calcetar o interior da Fajã de São João. Trabalho que está em bom andamento e vai resultar numa obra final de alta qualidade.

Todos nós entendemos a importância que tem esta medida para os habitantes da Fajã e para a população da Zona do Topo, que, durante uma parte do ano, sai das suas casas das freguesias e muda-se para a Fajã, por razões sobretudo económicas.

Lamentavelmente, porém, ainda não foi concretizada a electrificação da Fajã de São João.

Apesar de este investimento ser colocado muitas vezes no Plano de Investimentos da EDA, outras tantas passou para o Plano do ano seguinte.

Não está correcto.

A electrificação da Fajã de São João deveria ser a prioridade em São Jorge, neste tipo de investimentos.

Aliás, o Governo Regional garantiu-nos que este investimento seria realizado em 1999.

Admitamos que este assunto já poderia estar resolvido se houvesse um maior empenho e conhecimento de causa de alguns responsáveis governamentais.

Neste momento, a Fajã está sendo mal servida por uma central comunitária que trabalha algumas horas durante a noite, quando trabalha...

Ontem à noite, por exemplo, a central comunitária estava novamente avariada.

Penso que o investimento na electrificação da Fajã de São João deve ser assumido como uma prioridade neste ano de 2001.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes, para esclarecimentos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou usar da palavra para prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Aires Reis.

Quis-me parecer, Sr. Deputado, que V. Exa. ausentou-se da Ilha de São Jorge durante os últimos anos.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Foi para o Brasil!

O Orador: Se o Sr. Deputado não tem memória curta, sabe, perfeitamente, que durante os 20 anos de mandato do Governo do PSD, unicamente ao nível do abastecimento de água à lavoura, executaram-se reservatórios que, infelizmente, só têm capacidade para 100 mil litros de água.

Nos últimos 2 anos da governação do Partido Socialista, e não concretamente em cima de actos eleitorais, fez-se um trabalho sério ao nível do abastecimento de água, naquela ilha.

Em termos quantitativos, devo dizer-lhe que dos 100 mil litros houve um aumento de capacidade ao nível de reserva de água para 5 milhões de litros.

Portanto, temos que discutir estas coisas com a seriedade que elas merecem, porque o Sr. Deputado sabe muito bem qual a importância do abastecimento de água para a lavoura de São Jorge. Também devo dizer que não é um trabalho concluído. É um trabalho que está em curso, que já começou e que no espaço de 2 anos teve, a nível da criação de uma reserva de água, um aumento bastante significativo.

Ao nível técnico, devo dizer ao Sr. Deputado, porque parece que não conhece os reservatórios, que em termos de qualidade, a própria empresa fornecedora dá uma garantia para 20 anos, o que não acontece com reservatórios executados em betão armado, cuja garantia de quem os executa não vai para além dos 5 anos.

Quanto à qualidade da água contida nesses reservatório, devo dizer que é da melhor qualidade, não só pelo tipo do material empregue, mas por estar protegido por uma tela de cobertura, inclusivamente anti-fungos.

Sr. Deputado, quando diz que os animais caem lá dentro, isso é mentira, porque existe uma tela de cobertura nos respectivos reservatórios.

Relativamente à electrificação da Fajã de São João, o Sr. Deputado disse e muito bem que já constava do Plano de 1999, na planificação da EDA, que é a empresa exploradora desse ramo.

Durante muitos anos, mesmo antes de eu chegar a esta Casa — e já estou cá há 12 anos — recordo-me das promessas do PSD relativamente à electrificação de uma fajã que é significativamente mais importante do que a Fajã de São Jorge, ou seja, a Fajã dos Vimes.

Recordo-me que durante 20 anos foi prometida a electrificação da Fajã dos Vimes, mas foi este Governo, durante o seu mandato que a electrificou. É óbvio que é preciso electrificar, fazer a ligação da rede de baixa tensão da Fajã dos Vimes à central eléctrica, mas este é um processo que está em curso. Por dificuldades técnicas e orçamentais da EDA, como sabe, — e sabe bem, porque até é funcionário da EDA — não foi possível realizar o ano passado, mas esse investimento será feito brevemente.

Era apenas isto que tinha para dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi falar em garantias por parte do fornecedor daqueles tanques. Quanto a isso, devo apenas dizer que eles não duraram 20 anos, duraram alguns meses, porque um, pura e simplesmente, “andou” com o vento.

Em seguida, devo referir que o essencial da minha intervenção não tem a ver com os tanques nem com soluções provisórias, mas sim com um protocolo que tenho na mão e que diz que o IROA tem a responsabilidade de planificar, projectar, executar e fiscalizar as obras de abastecimento de água à pecuária, do concelho da Calheta.

O que é certo é que, até ao momento, ...

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Há falta de água!

O Orador: ... parece que nada está feito, pelo menos que seja do nosso conhecimento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas parece que o gado não se queixa!

Deputado João Cunha (PSD): O gado não é fácil de se romper. Tenha calma, Sr. Deputado, porque o gado não se rompe de qualquer forma!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é para prestar um esclarecimento, mas apenas para participar neste debate.

Ontem foi falado aqui na mudança de mentalidades.

A Sra. Secretária dos Assuntos Sociais falou em mudança de mentalidades e penso que deixou um desafio. O Grupo Parlamentar do PS fica com um trabalho para fazer em casa, nomeadamente, o Deputado António Gomes.

É notório que ao fim de 4 anos de Governo do PS — já vamos a caminho do 5º — o Sr. Deputado António Gomes continua a falar em 20 anos.

O meu colega de bancada, Deputado Aires Reis, trouxe aqui um assunto. Não criticou ninguém, não chamou o passado, nem o presente. Apenas, trouxe um problema que surgiu este ano — e na bancada do Partido Socialista está quem sabe que é verdade — ou seja, a falta de água à lavoura.

O Sr. Deputado António Gomes diz que instalaram alguns reservatório. É verdade, efectivamente colocaram alguns reservatórios, e por acaso também referiu que tinham uma capacidade de reserva de 5 milhões, mas não quer dizer que por ter essa capacidade de reserva tenham água lá dentro. Foi o que aconteceu a muitos.

Alguns não viram um gota de água. Outros o vento levou, como há pouco referiu o Deputado Aires Reis, porque não tinham água lá dentro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um relatório da Associação Agrícola de há um ano e tal, refere e muito bem que — passo a citar:

“Os da Ribeira Seca ainda estão pior, porque fazem cerca de 20 quilómetros até ao Norte Grande, ou então 15 até ao Topo. A Zona dos Rosais, Santo Amaro, Beira, Urzelina, Manadas e Terreiros, além de terem de percorrer uma distância considerável para irem até às Velas, chegam a esperar horas, por uma carrada de água, que é de má qualidade, uma vez que o furo fica bastante próximo do mar. Mesmo assim, estamos limitados a uma só bomba que já tem bastante idade e está sujeita a avariar, por isso precisamos com urgência de adquirir uma nova.”

Já agora, refiro que esta bomba junto ao Campo de Jogos das Velas, por acaso, é da autarquia e, infelizmente, a autarquia também este ano teve alguns problemas técnicos de abastecimento de água, mas também os teve e a população sentiu também mais essa falta de água, porque a lavoura não tinha onde ir buscar água, a não ser onde a Câmara Municipal tinha água.

É preciso, de uma vez por todas, que entendamos — o Sr. Deputado do Partido Socialista, António Gomes e os Deputados eleitos por São Jorge — que os Deputados do PSD não querem que este Governo governe mal. Os Deputados do PSD querem que este Governo governe bem, porque nós defendemos a população de São Jorge.

Os Srs. Deputados se querem defender o partido, é outra história.

Porém, acontece que este assunto foi aqui trazido com seriedade.

Para terminar, deixo um apelo novamente à Sra. Secretária dos Assuntos Sociais, a qual estimo e tenho muita amizade, ou seja, que faça a sua mudança de mentalidade ao Deputado António Gomes para que ele entre no novo século e no novo milénio.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Dionísio Sousa (PS): Já está a mudar. Os senhores têm medo é que mude depressa de mais!

Mas não se preocupe que está a mudar, mesmo as mentalidades, o que é mais difícil!

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Cada um faça a sua!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei preocupado com a notícia que correu no matutino regional da imprensa. Passo a citar:

“Agricultores do Corvo terão de abandonar o Caldeirão.

Uma eventual redução da actividade agro-pecuária na Lagoa do Caldeirão, será uma medida para pôr em prática a médio e a longo prazo e será acompanhada por um trabalho de reflorestamento nas margens.”

Sr. Secretário Regional do Ambiente:

O senhor está consciente do prejuízo que isso poderá ter para a lavoura corvina?

Não há outra forma de travar esta eutrofização das Lagoas do Caldeirão, como por exemplo, fazer o desassoreamento dessas lagoas?

Muito obrigado.

Deputado Francisco Barros (PS): Isso é uma intervenção?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é uma intervenção ou um pedido de esclarecimento?

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Estamos a falar de abastecimento de água à lavoura. Esta notícia trata disso!

Presidente: Srs. Deputados, o Presidente da Assembleia tem a obrigação de disciplinar os trabalhos. Os senhores não me compliquem a vida.

Normalmente, há uma certa latitude no entendimento disto.

Agora, o tema que estava em discussão era a água, mas era a água de São Jorge.

Vamos procurar ter alguma disciplina no nosso debate, senão ninguém se entende.

Está inscrito neste momento, e eu não gosto de tirar a palavra a ninguém, o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Relativamente à sua intervenção, eu vou passar ao lado de algumas coisas que aqui foram ditas, porque não merecem comentários.

Deputado Mark Marques (PSD): Pois é!

Deputado João Cunha (PSD): Já se esperava!

O Orador: Devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que foi muito infeliz da forma como se expressou neste plenário.

Relativamente ao que se estava a falar e que tem a ver com a criação de reserva de água à lavoura de São Jorge, os números são identificativos. Passou-se de 100 mil litros para 5 milhões de litros. Isso é bastante significativo.

Sr. Deputado, o Governo fez isto, mas as Câmaras da Ilha de São Jorge de governação PSD, nada fizeram, porque não houve água este Verão, nem na Calheta, nem tão pouco nas Velas. Está a perceber?

Os lavradores tiveram falta de água para as suas lavouras, mas não ficaram com grandes dificuldades a esse nível...

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. Deputado se calhar também não esteve em São Jorge este ano!

O Orador: ... porque, felizmente, percorrendo mais alguns quilómetros, conseguiram resolver o seu problema. Agora, os calhetenses e os velenses estiveram quase todo o Verão sem abastecimento de água.

O Sr. Deputado sabe a que é que isso se deve?

Deve-se ao facto de não se ter providenciado no sentido de resolver esse problema há mais tempo.

Devo dizer-lhe ainda, Sr. Deputado, que não fica bem vir para aqui discutir o problema de abastecimento de água à lavoura, quando na sede de concelho das Velas, concretamente, na Vila das Velas, há uma conduta obsoleta em fricção que perde a maioria da água que corre na sua tubagem, com todos os problemas ao nível da saúde que advém de uma conduta desse tipo.

Deputado Mark Marques (PSD): Os seus argumentos são incríveis!

O Orador: De resto, ao nível da qualidade técnica dos silhos, esses silhos até têm a vantagem de suportarem bem calamidades, concretamente ao nível dos sismos.

Efectivamente, houve um problema com um reservatório que foi arrastado pelo vento, mas ...

Deputado Mark Marques (PSD): E os outros amarraram as vacas com a corda na terra!

O Orador: ... aconteceu, porque infelizmente ainda não tinham acabado a obra e faltou fixá-lo ao chão.

Presidente: Srs. Deputados, porque os Sr. Secretário Regional do Ambiente foi questionado pelo Sr. Deputado José Manuel Nunes, vou-lhe dar a palavra.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quanto ao comentário que aqui foi feito pelo Sr. Deputado José Manuel Nunes, eu gostaria de responder começando por dizer que a situação da Lagoa do Caldeirão, é uma situação que se tem vindo a agravar e já tem anos, largos anos.

Aquela lagoa caminha para um processo de eutrofização, embora ainda não possa ser considerada como eutrofizada, neste momento, e, além disso, é uma lagoa que tem problemas de água, porque tem vindo a diminuir, progressivamente, nesta bacia.

A preocupação foi apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal ao Governo Regional e, neste caso, refiro-me ao anterior Governo Regional, e aquilo que foi nosso compromisso foi estudar a situação com vista à definição de algumas formas de resolver este problema na Lagoa do Caldeirão.

Foi isto que este Governo fez através da minha visita há cerca de uma semana ao Corvo e apresentámos precisamente um estudo que aponta uma série de soluções necessárias para a resolução desta problemática da Lagoa do Caldeirão.

Essas soluções são as seguintes:

— Construção de uma bacia de retenção.

Na altura, foi apresentado o meu compromisso de avançarmos com este investimento na Lagoa do Caldeirão.

— Limpeza superficial do fundo da Lagoa.

— Estudo mais pormenorizado ao nível geotécnico da Lagoa para se identificar com maior precisão o ponto por onde se dá a fuga da água do sistema.

— Finalmente, o estudo indica a necessidade de se promover a reflorestação desta bacia hidrográfica.

Penso que o estudo indica no caso desta lagoa, como outros estudos têm indicado no caso de outras lagoas, nos Açores.

Acho que é nossa obrigação, e é também obrigação do Sr. Deputado, ter consciência e alguma coragem também, relativamente àquilo que é necessário fazer para resolvermos os problemas que têm vindo a evoluir no mau sentido ao longo dos anos.

É preciso alterar posturas, diria eu, e é preciso — eu esperava contar com o apoio dos Srs. Deputados presentes — promover a reflorestação a médio/longo prazo, tal como vem escrito no jornal que o Sr. Deputado acabou de ler.

Eu diria ao Sr. Deputado para pensar um pouco nesta situação e pense um pouco na importância que é preservarmos este ecossistema, até mesmo na perspectiva da agro-pecuária, porque aquilo que devemos perguntar é como ficarão os agricultores que hoje produzem na margem desta Lagoa, quando esta lagoa em vez de o ser, passar a ser um charco.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No último fim de semana realizaram-se, nesta mesma Assembleia, as primeiras Jornadas Parlamentares do Grupo Parlamentar do PCP. Um dos painéis integrados nessas Jornadas foi relativo à agro-pecuária, e contou com a participação de largas dezenas de lavradores desta ilha do Faial. Quisemos ouvir as suas sugestões, as suas críticas e propostas, prosseguindo um hábito salutar há muito seguido pelo PCP: ouvir as pessoas, para melhor as representar.

Uma das conclusões destas Jornadas, no que respeita à agro-pecuária, é a de que o Governo Regional terá que actuar em diversas áreas para implementar, dar coesão e desenvolver todas as potencialidades agrícolas da Região Autónoma dos Açores. Firmar uma verdadeira política agrícola, mais do que adoptar um conjunto de medidas ditadas pela conjuntura.

Nesta filosofia, uma das medidas indispensáveis para conseguir aquele objectivo de desenvolvimento, é a **política de reformas antecipadas para a Agricultura**.

Quais as principais virtualidades destas reformas antecipadas?

Em primeiro lugar, proporciona um melhor rendimento aos agricultores idosos que decidam cessar as suas actividades agrícolas, favorecem a substituição desses agricultores por jovens agricultores com melhoria da viabilidade económica das suas explorações e também, em segundo lugar, potencializa a modernização das explorações agrícolas, acentuando ainda mais a sua viabilidade.

Tudo isto indispensável para rentabilizar um dos sectores, se não o sector mais importante da Economia Regional.

Muitos dos lavradores que participaram nas nossas Jornadas alertaram-nos para o facto do Sr. Secretário Regional de Agricultura e Pescas, em reuniões havidas com as suas Associações, ter deixado antever que os agricultores não deveriam contar muito com as reformas antecipadas no futuro. Porque seria? Por se ter concluído que é mau para a Economia Regional a instalação de jovens agricultores e a modernização das explorações agrícolas?

Certamente que a resposta teria de ser outra. Tentamos perceber qual.

No dia 23 de Janeiro de 2000, o Comité STAR, que reúne a Comissão Europeia com representantes dos Estados-membros, aprovou os planos de desenvolvimento rural para Portugal, com a redistribuição dos montantes pelo Continente, a Região Autónoma dos Açores e a Região

Autónoma da Madeira segundo informação fornecida através de um contacto directo com a Comissão Europeia, ao nível da Direcção do Desenvolvimento Rural.

Dos montantes do Plano de Desenvolvimento Rural Nacional, cerca de 90% irão para o Continente, cerca de 8% virão para os Açores e os restantes 2% irão para a Madeira.

Os montantes relativos à reforma antecipada são os que passamos a analisar:

Nos Açores, e falando de valores orçamentados, o total de Despesa Pública com as reformas antecipadas, para o ano de 2001, será de um milhão, trezentos e noventa e seis mil contos, dos quais um milhão, cento e oitenta e seis mil contos são de participação comunitária. Só que um milhão, duzentos e noventa e seis mil contos, são para fazer face a compromissos do passado. Como vemos, restam apenas cem mil contos, dos quais oitenta e cinco mil são de contribuição comunitária. **O peso do passado, em termos percentuais, é de 93%.**

Com uma variação pouco significativa de valores, a mesma situação manter-se-á em 2002, não haja uma mudança imediata de políticas referentes a esta matéria.

Este o facto mais preocupante, para o PCP: na Região Autónoma dos Açores, os valores orçamentados em 2001 para a reforma antecipada, são quase na totalidade consumidos com o peso dos compromissos do passado (referentes a Outubro de 1999). Isto quer dizer que a margem de manobra para novos contratos é muito diminuta, representando em 2001 cerca de 7% do total orçamentado, ou seja, cerca de cem mil contos.

E é por isto que novos contratos poderão ser recusados por superação da verba orçamentada. E é por isto que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas já começou a dizer aos lavradores que não contam muito com as reformas antecipadas.

Qual a solução? Tecnicamente, nada impede o Governo de usar a faculdade de redistribuir valores, no âmbito global do Plano de Desenvolvimento Rural, desde que não ultrapasse os limites impostos pelo quadro financeiro 2000-2006 e notifique a Comissão. Sendo apenas essencial competência, capacidade negocial e, sobretudo, vontade política.

Se estivéssemos em face de uma inevitabilidade, uma imposição comunitária, uma “torneira fechada”, como diz o nosso Povo, entender-se-ia que o Sr. Secretário começasse a alertar os lavradores para não contarem muito com as reformas antecipadas. Tratando-se, no entanto, de medidas que podem ser tomadas, que **devem** ser assumidas para rentabilizar o mais importante sector da Economia Regional, não se entende a inércia do Governo Regional.

Não sendo possível acreditar que o Governo não tome as necessárias medidas por desconhecimento de que elas são possíveis, ainda menos queremos acreditar que o mesmo Governo não queira a instalação de jovens agricultores e a modernização das explorações agrícolas.

Não atenuando com os meios ao seu dispor o peso de um passado que também já é seu, o Governo compromete o presente da agro-pecuária açoriana e um futuro, que é de todos nós.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pesca é uma actividade humana muito antiga. Tal como a caça e a agricultura, os actos humanos, tendo em vista a obtenção dos recursos necessários à subsistência, a partir dos meios aquáticos, são conhecidos desde a pré-história.

A evolução destas três actividades, pesca, caça e agricultura, foi contudo muito diferente ao longo dos séculos. A caça veio a ser progressivamente substituída pela criação de animais destinados ao abate e a agricultura transformou-se num conjunto de técnicas racionais apoiadas em complexa tecnologia e em recursos sofisticados.

Por sua vez, a pesca manteve-se, até ao presente, muito semelhante àquela que era praticada em épocas muito longínquas, sempre dirigida aos recursos vivos selvagens que a natureza generosamente tem vindo a colocar à nossa disposição. São prova disso o facto de os componentes fundamentais das artes e utensílios de pesca de que o homem hoje se socorre poderem ser detectados ao longo de milénios tal como, algumas artes de pesca, processos e métodos, destinados a capturar os seres vivos aquáticos, ainda hoje utilizados, serem os mesmos ou serem muito semelhantes a outros usados há séculos.

O grande desenvolvimento sentido nas últimas décadas, assenta fundamentalmente na melhoria dos processos de captura sobretudo com o desenvolvimento de novos materiais, mais finos, resistentes e

duradouros. Com estes novos materiais, melhoraram os resultados da pesca de tal modo que em algumas regiões se receia a extinção de algumas espécies.

Na quase generalidade dos casos, a melhoria de resultados nas capturas nada tem a ver com a inovação nas artes de pesca mas sim com o desenvolvimento da ciência e da técnica no domínio das embarcações, motores, materiais sintéticos, sistemas de frio e equipamentos electrónicos.

No que à evolução diz respeito, os Açores não são excepção.

Também por cá a pesca pouco ou nada evoluiu. Se exceptuarmos a introdução dos equipamentos electrónicos de posicionamento e detecção e de algumas artes, que embora não sendo novas, passaram a partir da década de setenta a ser infelizmente, frequentemente utilizadas, nada de novo teria sucedido. Tais artes, utilizadas até à exaustão onde, pela natureza dos fundos, não deveriam ter sido utilizadas, levaram à degradação irreparável de alguns stocks e espécies como se pode verificar pela qualidade do pescado descarregado.

Se é certo que errando se aprende desejo que todos tenham aprendido e que não se repitam os mesmos erros. Saibamos ao menos perceber a preciosidade e a riqueza que temos ao redor das nossas ilhas de modo a que possamos preservar um considerável espaço oceânico adjacente a cada uma delas, não permitindo nesse espaço artes de pesca não selectivas e altamente predadoras.

O facto de insistentemente se ter procurado, sem regra nem objectivos definidos, aumentar a TAB isto é, a tonelagem de arqueação bruta das embarcações, não traduz por si só qualquer tipo de evolução como o prova a pobreza de algumas das nossas comunidades piscatórias.

O mar não é a dispensa da humanidade como ficou provado a partir da década de setenta, altura em que o nível das capturas mundiais diminuiu, devido à sobreexploração das principais áreas de pesca, por falta de uma gestão adequada. Ao contrário do que o homem imaginava, os recursos vivos marinhos são esgotáveis se não forem adequadamente geridos.

Mais importante do que aleatoriamente dimensionar frotas, efectivos e indústrias é conhecer os seres vivos marinhos e só depois projectar os meios humanos e materiais necessários à exploração garantindo a sua sustentabilidade futura.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores, nesta matéria, são por natureza frágeis porque embora possuidores de uma extensa Zona Económica Exclusiva esta é muito diversificada, quer em número de espécies e stocks com potencialidades comerciais quer na vulnerabilidade desses mesmos stocks.

Tendo embora conhecimento da pesada herança recebida pelo Governo Socialista da anterior legislatura, resultantes de erros sucessivos levados a cabo nos vinte anos anteriores, durante os quais se investiu sem critério nem visão e mesmo reconhecendo o esforço feito pelo anterior Governo, julgo chegada a altura de parar e pensar porque, a pesca só terá desenvolvimento real e sustentado se resultar da aplicação racional dos diferentes instrumentos e conhecimentos devidamente adaptados ao meio e às condições sociais e económicas das Regiões e dos povos o que é o mesmo que dizer, de cada uma das Ilhas.

Faço votos de que na reflexão que proponho não sejam esquecidas as nossas embarcações tradicionais. Não só por possuírem excelentes características náuticas o que as torna embarcações a que os homens do mar chamam de “marinheiros”, serem as únicas que operam na generalidade dos nossos pequenos portos garantindo centenas de postos de trabalho em todas as Ilhas e assegurando o abastecimento às comunidades rurais, mas também e, sobretudo porque são peças fundamentais da nossa história, diferentes em cada uma das Ilhas, únicas no mundo e de um valor arquitectónico, patrimonial e afectivo incalculável.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em resumo julgo ser possível dizer que quem vive e sente com preocupação a problemática das pescas, espera e acredita que, o estudo da biologia e do comportamento das espécies aquáticas e a melhoria das técnicas de captura conjugadas com o estudo do rendimento da pesca e da protecção dos pesqueiros, permitam que o ser humano continue a obter dos Oceanos, grande parte dos alimentos que necessita sem contudo cometer a estupidez de por simples ganância esgotar esses recursos, alguns dos quais já excessivamente explorados e correndo o risco de definitivamente se perderem.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais: Ouvei com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado que colocou uma série de reflexões e pontos de vista que me parecem que são pertinentes e têm a ver com o presente e com o futuro da política de pescas.

Concordo substancialmente com o Sr. Deputado, quando diz que há muita coisa que tem que ser reflectida e pensada. No entanto, estamos todos confrontados com um outro facto, isto é, a vida não pára. Não é possível, no plano económico e social parar e esperar.

Portanto, temos que reflectir, inovar e mudar, mas sempre andando, ou seja, o caminho tem que ser feito, mas andando. É neste contexto que queria pedir ao Sr. Deputado Lizuarte Machado a sua opinião, expressa e precisa, sobre as actuais regras existentes em relação ao uso das artes ao nível da pesca local, das nossas ilhas, e as distâncias que estão marcadas.

É um problema que preocupa as nossas comunidades e eu, dentro dos raciocínios que apresentou, gostaria de saber concretamente, se quiser fazer o favor de dizer, qual sua opinião sobre esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acompanhei, na última legislatura, através da comunicação social, aquilo que foi falado sobre essa matéria e devo dizer que a minha opinião sobre esta questão é que, efectivamente, à volta de cada uma das ilhas, deve ser preservado um espaço razoável, no qual não deve haver intervenção de artes de pescas que não sejam artes de pesca selectivas e no qual não deve haver a intervenção de algumas artes de pescas que, tendencialmente, parte substancial delas ficam, no fundo, degradando o ambiente, pescando indefinidamente sem resultados práticos, a não ser resultados profundamente negativos ao nível dos fundos e dos stocks.

Sem querer precisar distâncias, penso que devemos ser arrojados nessa matéria e a distância deve ser considerável.

Julgo que se assim não for, os viveiros fundamentais, que são as zonas próximas das ilhas, no futuro, degradar-se-ão de uma forma absolutamente irreparável, se essa distância não for considerável. Penso que temos que ser arrojados e atrevidos nessa matéria. Devemos alargá-la sem exageros, mas alargá-la o mais possível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fossem algumas considerações de natureza partidária de duvidosa objectividade, eu aqui estaria a usar da palavra para subscrever, na íntegra, aquilo que foi a substância da intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Todavia e ressaltando esta parte, subscrevo tudo o mais que diz respeito à preocupação, à reflexão e às tomadas de decisão que devem concretizar-se no sentido de defender estes recursos da nossa Região que não são ilimitados, mas a sua defesa na perspectiva de que isso deve resultar em benefício da qualidade de vida de todos nós e, de uma forma particular, daqueles que dedicam a sua actividade profissional a essa área, concretamente, os pescadores, sendo certo que estes nos últimos anos, e mais precisamente no ano que terminou, foram prejudicados por um conjunto de situações que vão desde as intempéries até outros factores que levaram a uma grande degradação dos seus rendimentos.

Essa degradação dos seus rendimentos é motivo de preocupação das entidades da classe que os representam, deve ser motivo de preocupação de todos e não é através de portarias publicadas no dia 16 de Janeiro deste ano, atribuindo 870\$00 de compensação a cada pescador de algumas das embarcações que trabalham nesta Região, que estamos a contribuir para melhorar a qualidade de vida desses nossos concidadãos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria agradecer a resposta que o Sr. Deputado Lizuarte Machado fez o favor de me dar e queria registá-la, porque penso que é lúcida e muito positiva.

Não quero fazer nenhuma guerrilha com isto. Entendo que o anterior Governo Regional não abordou esta questão da melhor maneira, mas também entendo que há sempre tempo de se rectificar as questões e de se tomar as medidas adequadas.

Na sequência deste pequeno debate, queria deixar ao Governo Regional — lamentando não estar presente neste momento e, infelizmente, o Sr. Secretário Regional do sector — a ideia da urgência que há em rever com objectividade a questão das áreas de pescas e a sua relação com o uso das várias artes.

É absolutamente essencial, para se manter o equilíbrio das capturas do abastecimento e dos stoks, não ter receio de se mexer nisto e não deixar que os armadores dos palangreiros maiores, sejam as entidades a determinar esta política. É absolutamente essencial, é muito urgente, que esta questão seja resolvida.

Vendo que na bancada do partido que apoia o Governo há uma visão esclarecida sobre este problema, espero que estejam criadas as condições para que esta situação seja reposta e seja reequilibrada. Friso que não quis, nem quero, provocar nenhum debate politizado, muito menos sobre o passado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Efectivamente, eu considero a minha intervenção estreitamente técnica.

Obviamente fiz uma referência à portação especial à volta das nossas ilhas e às embarcações tradicionais, mas gostava de realçar que esta não é a única forma, não é o único caminho, porque há outras vias que têm que ser desenvolvidas e não só esta, nomeadamente com algumas inovações ao nível, por exemplo, da peixicultura, mas muitas outras áreas terão que ser desenvolvidas.

Quando eu me referia à “pesada herança”, eu não me referi — o Sr. Deputado também não disse isso — ao facto de não ter havido investimento. Efectivamente houve investimento, mas não foi um investimento e foi exactamente por isso que chegámos a estes últimos anos com um rendimento tão baixo dos nossos pescadores.

Aumentou-se a tonelagem média das embarcações, aumentou-se muito, mas não houve nenhuma evolução tecnológica. Não se evoluiu no sistema de detecção de cardumes, nem se evoluiu no sistema de acompanhamento desses cardumes, e isto para o caso em concreto do atum.

Gostaria também de frisar que eu tenho conhecimento desta situação. Efectivamente, 800 e tal escudos não é apoio que se dê a um pescador, mas isso correspondeu às regras gerais que foram definidas para todos, ou seja, essa compensação foi feita em termos do número de lotas feitas por essas embarcações. Portanto, chegou-se a esse valor utilizando um critério uniforme, igual para todos, porque não se podia particularizar.

Também falei em falta de planeamento do passado, porque do ponto de vista técnico ele não existiu. Senão, vejamos:

O Sr. Deputado com certeza lembra-se, porque andava nessa altura nestas lides, embora não com responsabilidades directas nesta matéria, da famosa polémica do “fechar a boca aos de boca aberta” — foi assim que a comunicação social tratou este assunto — isto é, fechar a boca às embarcações de boca aberta substituindo-as por embarcações cabinadas.

É óbvia que essa é uma via e essas embarcações cabinadas também têm que existir, mas não podem estar na área de intervenção das nossas embarcações tradicionais, por razões óbvias, mas não foi feito nenhum esforço para que essas embarcações pudessem existir, ou seja, essas embarcações cabinadas só podiam existir em Ponta Delgada, porque era a única infraestrutura portuária que lhes facultava abrigo, na Horta e na Terceira, antes da construção da Praia da Vitória, ainda com algumas restrições.

Essas embarcações cabinadas estavam envolvidas numa questão muito complicada, porque não havendo infraestruturas portuárias que as apoiassem, e uma vez que elas eram o desenraizamento das comunidades piscatórias, para ter uma embarcação cabinada, os pescadores tinham que sair do

seu meio tradicional, da sua freguesia e da sua família. Isso gerava situações complicadas, porque ou levavam a família e criavam-se guetos juntos dos grandes portos, ou então não a levavam o que gerava um acréscimo significativo de problemas relacionados com o álcool, devido ao afastamento da família.

Na última legislatura, esse investimento passou a ser mais racional e passou a obedecer a determinados critérios. Senão, veja-se:

Hoje, estão a decorrer obras de construção de dois portos fundamentais em duas comunidades piscatórias enormes, nomeadamente Rabo de Peixe e Ribeira Quente. Isso permite que essas comunidades piscatórias estejam no seu meio tradicional, estejam com a sua família e não haja um desenraizamento social por terem que se mudar para outros lados com embarcações cabinadas. Isto é fundamental e já é algum planeamento.

Por outro lado, investiu-se muito, mas não se investiu, por exemplo, ao nível da formação. Não quero dizer que não se tenha feito formação durante os Governos do PSD. Fez-se. Os nossos mestres iam a Lisboa e tiravam as suas cartas, mas foi na última legislatura que houve um plano organizado de formação, um plano com objectivos definidos que teve alguns resultados. Obviamente que alguns desses resultados só se farão sentir a médio prazo e não de imediato, mas houve um plano traçado e definido em termos de formação, sem que tivéssemos que afastar da Região, pelo menos até um determinado nível, que são as cartas de arrais de pescas, as pessoas para fazer essa formação.

Houve investimento no passado, mas julgo que foi mal dirigido e devido a isso chegámos à situação em que nos encontramos neste momento. Investiram-se milhares ou milhões de contos em embarcações acima dos 30 metros, por exemplo, e eu não tenho conhecimento de que alguma vez essas embarcações tenham colocado directamente pescado no mercado internacional, no Norte ou no Sul de Espanha, quando sabemos que, por exemplo, uma boa pesca de atum em situações razoáveis de conservação ou em situações óptimas de conservação — o que não se pode fazer nessas embarcações, porque não evoluíram tecnologicamente, não têm sistemas de frio, mas sim sistemas de frigeiração — tem uma valia muito grande, porque é muito valorizado. É nesse sentido que eu falo.

Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu procurei que a minha intervenção fosse técnica, até porque essas questões são também uma novidade para mim e, obviamente, esta fundamentação é mais consentânea com aquilo que também é a minha formação.

Era apenas este esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Umhas breves palavras sobre este assunto.

Como sabem, até há cerca de dois meses atrás, fui Director Regional das Pescas e por conhecer bem todos os assuntos que aqui foram debatidos, penso que me cabe fazer também uma intervenção neste momento.

Faço, desde logo, para me regozijar de alguma forma por aquilo que parece ser a postura adoptada pela generalidade dos Srs. Deputados nesta Assembleia. Uma postura que, afinal, vai ao encontro daquilo que foi a nossa — refiro-me, naturalmente, ao anterior Governo Regional — uma postura de colocar regras num sector que vivia sem elas, uma postura de estabelecer limites para a actividade da pesca em termos de distância à costa em função da dimensão das embarcações e das suas artes.

Fizemo-lo, e devo reconhecê-lo, através das Portarias 7 e 18/2000 e fizemo-lo aquém daquilo que era preciso fazer.

Eu sou da opinião, e penso que muitos de vocês comungarão desta minha preocupação, de que é importante, quando se dá passos e sobretudo quando se dão passos novos, fazê-lo sem perturbar excessivamente o sector e neste caso o sector das pescas.

Foi este o cuidado que tivemos, um cuidado, afinal, de sermos um pouco cautelosos e, naturalmente, nem por isso deixo de justificar — que me apontem o dedo pela forma um pouco cautelosa como fizemos a aproximação a esta situação — e quero realçar o facto, de que se trata de

uma área sem regras até Janeiro de 2000 e que passou a ter regras aquém daquilo que era conveniente.

Aquilo que caberá a este Governo e estou certo que assim será feito é prosseguir nesta linha de estabelecer regras cada vez mais limitantes à actividade da pesca, naquilo que tem a ver com a aproximação à costa.

Estou certo que assim será feito ao longo dos próximos anos.

Uma palavra também para aquilo que é a situação de intempéries.

Nós sempre tivemos intempéries nos Açores e sempre as tivemos durante os meses de Inverno. Não é nada de novo. Quem acompanha a comunicação social ao longo de muitos anos, terá sempre visto, nos meses de Janeiro e Fevereiro, situações anómalas, situações que têm impedido os nossos profissionais da pesca, de ir para o mar.

O que é importante aqui realçar, é que o rendimento dos pescadores, — são dados estatísticos, estão escritos, são públicos — o rendimento bruto da pesca ao longo dos últimos 4 anos, passou de um nível que andava próximo dos 4 milhões de contos, para um nível que se aproximou dos 6 milhões de contos, ou mais de 5 milhões de contos.

Portanto, houve um crescimento do rendimento da pesca nos Açores. O que se pode dizer é que existiram situações anómalas ao nível daquilo que é a pesca do atum e que é um manancial que ultrapassa largamente as fronteiras dos Açores, é um manancial que partilhamos, que se distribui por todo o Atlântico e que, quem acompanha a comunicação social, sabe que na nossa história sempre tivemos anos bons e anos maus, anos em que o atum se aproximou mais dos Açores e as safras foram boas e anos em que o atum ficou longe da área da Zona Económica Exclusiva e as safras não foram tão boas.

Aquilo que importa fazer, que importa realçar e que nunca fora feito antes, foi compensar os profissionais da pesca por esta perda de rendimento.

Fizemo-lo este ano e quero aqui realçar também — fizemo-lo e fomos originais nisso, ou seja, a compensação — que fizemo-lo estabelecendo regras, critérios para a atribuição desses apoios.

De acordo com essas regras, naturalmente que algumas embarcações que tradicionalmente saem da zona dos Açores para irem pescar noutras áreas, não fazem as descargas nos portos dos Açores.

Aquilo que eu considero e continuo a considerar, independentemente de alguns números que possam ser apresentados e já ouvi alguns na comunicação social, é que um armador e um conjunto de profissionais que opte por pescar, imaginemos, na Madeira, em vez de pescar nos Açores num determinado Verão, não deve ser compensado pela eventual má safra que possa ter. É uma opção que toma.

Poderia ter ido para qualquer outra área. É uma opção que tomou e que nós respeitamos, temos a obrigação de respeitar e até a legislação europeia e internacional nesta matéria, não nos pode impedir que assim aconteça.

O que pode e deve é impedir de atribuirmos apoios quando essa opção foi tomada e é neste quadro que se justifica algumas embarcações, alguns tripulantes com apoios que podem eventualmente representar montantes, como foi aqui referido pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, de 870\$00. Não sei se é verdade ou não o que nós estabelecemos, mas acredito e justifico por que é que isso é possível.

Aliás, na comunicação social escrita, há alguns dias, li números de 11 contos por pescador. É possível.

Também tenho visto outros de 140 contos.

A explicação para esta diferença — eu quero realçá-la aqui — baseia-se precisamente no facto de umas embarcações terem pescado nos Açores durante toda a safra e outras embarcações terem optado, como algumas até fazem tradicionalmente e ao longo de vários anos, por pescar noutras áreas.

Penso que de momento é o que me cabe dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para manifestar o meu apreço pela intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado que, no conjunto de informações técnicas que trouxe a esta Câmara, considero que foi um momento positivo para os problemas da pesca e dos pescadores e, fundamentalmente, para pedir, uma vez que não está presente o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, a colaboração do Sr. Deputado Lizuarte Machado para um problema relativo ao porto de pescas dos Biscoitos que, nos últimos anos, não tem sofrido necessárias e urgentes obras de limpeza, de materiais, entre eles parte de uma estrutura de quebra-mar lá existente, que devido às intempéries estão em zona de acesso ao porto. Trata-se de um conjunto de pescadores que ali trabalham, famílias que vivem desse trabalho e alguns já estão procurando outras actividades. Portanto, seria necessária essa intervenção tão urgente quanto possível.

A colaboração que o Sr. Deputado possa dar sobre esta matéria é muito proveitosa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao porto de pescas dos Biscoitos, a única coisa que lhe posso dizer é que nos contactos que tive com os responsáveis por esse sector ao nível governamental, é para manter o apoio e o apetrechamento dos chamados pequenos portos. Portanto, esse assunto certamente será visto em concreto.

Dentro dessa política, que foi a política do anterior governo e que se traduziu no apetrechamento de alguns portos com gruas e outro tipo de equipamentos, a informação que tenho é de que é para manter e com certeza a situação dos Biscoitos também será analisada. Esperemos que sim.

Contudo, gostaria de lhe prestar um esclarecimento.

Obviamente, eu fiz uma intervenção técnica, mas não fiz referência a algumas coisas, por isso, gostaria de diferenciar que, por exemplo, os Açores não têm responsabilidade e não podem ter a responsabilidade de apoiar pescadores ou armadores das demais safras efectuadas fora da Região, ou de armadores da Região que o vão fazer e descarregar o seu pescado para outras áreas.

O anterior governo assumiu a responsabilidade de, mediante a definição de determinadas regras, fazer essa compensação, mas por exemplo na época em que a safra da Madeira foi pior do que a nossa, o Governo Regional da Madeira, pura e simplesmente, decidiu não apoiar os seus pescadores.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não pode ser!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dando seguimento a este pequeno debate e de forma muito rápida e telegráfica, eu gostaria de chamar a atenção para um ponto, ou seja, neste momento acho que estão criadas as condições — depois do que o Sr. Deputado Lizuarte Machado disse, depois das declarações que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e ex-Director Regional das Pescas fez sobre os problemas das regras e sobre os problemas das áreas — para que a Portaria em vigor possa ser revista e possa ser adequada a uma situação bem mais equilibrada.

Penso que se deste debate resultar uma atitude governativa nesse sentido, se ultrapassar a situação que ficou no ar resultante da correlação temporal e diferença de conteúdo entre a Portaria 7 e a Portaria 18/2000, e se corrigir esta situação dando um passo, tenho a ideia que este debate terá valido a pena, que a intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado terá valido a pena, que a minha e as restantes participações do debate terão valido a pena e acho que se for assim o Parlamento cumpriu o seu papel.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas muito breves:

A primeira para dizer ao Sr. Secretário do Ambiente que a compensação por perda de rendimento dos pescadores, não é uma inovação, na sequência das intempéries de 1995. Em 1996, essas compensações foram atribuídas.

Em segundo lugar, para dizer ao Sr. Deputado Lizuarte Machado que os investimentos, no passado, embora não seja isso que esteja aqui em causa, foram feitos com planeamento.

Foram feitos com base naquilo que nos indicavam os projectos de modernização e nos recursos tecnológicos que eram possíveis pôr ao serviço de detecção de cardumes, nalguns casos até com uso de meios aéreos, com o resultado trágico que infelizmente nós sabemos que teve nesta ilha do Faial e que a memória dos homens, dos que decidiram e principalmente dos que pereceram nesse acidente, obriga a que façamos essa referência.

Também foi um planeamento que teve em conta a investigação que, através de parcerias com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, onde naturalmente o Sr. Secretário do Ambiente como académico que é pôde participar e tendo delas conhecimento, esses estudos foram postos ao serviço da política de pescas da Região. Do meu ponto de vista, parece-me injusto classificar esses estudos negativamente, porque eles estão reconhecidos a nível nacional e internacional, pela sua qualidade, pela qualidade dos investigadores que lhes deram suporte.

De facto, nós não estamos aqui a fazer um julgamento do passado, mas aquilo que tem de bom e de mau do passado, devemos com isso aprender, devemos dedicar todo o nosso esforço ao presente, para que possamos sonhar com o futuro.

O futuro que eu sonho para os Açores, nomeadamente na área das pescas, é um futuro melhor que tenha em conta a gestão dos recursos e que tenha também em conta a qualidade de vida dos nossos pescadores.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quem auscultar as instituições mais representativas da ilha do Faial, ou fizer uma leitura mais atenta da opinião pública na Comunicação Social, ou mesmo atentar nos programas eleitorais dos vários partidos concorrentes nesta ilha, não deixará de concluir que existe uma grande concertação à volta daquelas que deverão ser as intervenções prioritárias a desenvolver no Faial no futuro imediato. E elas são: a Reconstrução, a nova Escola Secundária, a nova fábrica da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, novas e dignas instalações para o Departamento de Oceanografia e Pescas, a reparação da rede viária e a recuperação, ampliação e adaptação da Casa Grande, esta talvez menos falada e menos mediatizada, mas igualmente fundamental, como equipamento cultural, para o nosso futuro. Por isso, a trago hoje aqui.

A 3 de Setembro de 1996, o Governo Regional dos Açores, do PSD, pela Resolução nº 303/96, de 24 de Outubro, aprovou a autorização para “a abertura de um concurso público, pelo preço global, para arrematação da empreitada de recuperação, ampliação e adaptação da Casa Walter Bensaúde a Biblioteca Pública e Arquivo e a Casa de Cultura da Horta, pelo preço base de 580.000 contos, acrescidos de IVA, e com o prazo de execução de trinta meses”.

O espaço a recuperar e aquele que seria edificado de raiz, destinavam-se às instituições já referidas e ainda ao Núcleo Cultural da Horta, que passaria a ter neste complexo a sua sede. Por via deste projecto, de inegável valor e que reputo como uma das mais importantes obras que a Direcção Regional dos Assuntos Culturais, hoje Direcção Regional da Cultura, levaria a cabo no Faial, a cidade da Horta e esta ilha ficariam dotadas de um conjunto de edifícios de grande qualidade e que, em termos práticos, constituiriam como que um Centro Cultural.

Assim, para além do espaço para o Arquivo da Horta, pensado e construído de raiz de acordo com as mais modernas tecnologias para este tipo de edifícios, e para além de instalações condignas para o funcionamento dos serviços administrativos e para os utentes da Biblioteca e da Casa de Cultura da Horta, estavam também previstos uma pluralidade de espaços que conferiam ao complexo uma multiplicidade de utilizações culturais: salas de exposições, auditório com 80 lugares para cinema, conferências, concertos, etc., salas de vídeo, música, informática e livraria de edições açorianas. Todas estas valências garantiam que este espaço se pudesse vir a constituir como um verdadeiro polo aglutinador de várias actividades culturais para a população da ilha.

Se o concurso público tivesse tido continuidade no Governo do Partido Socialista, e as obras tivessem tido o seu início de acordo com o programa aprovado, desde finais de 1999 ou inícios de 2000, poderia já Horta dispor deste importante espaço. Mas, infelizmente, decorridos já quatro anos e quatro meses, desse projecto apenas foi realizada a consolidação das estruturas do edifício

destinado à Biblioteca, isto é, ao que dizem, uma das fases em que posteriormente foi dividida a empreitada.

O resultado está à vista: aquilo que era previsto durar trinta meses já vai em mais de quatro anos, não se passou da consolidação de um edifício e as coisas não parecem estar para avançar tão cedo, pois a empresa até já retirou as máquinas e o estaleiro da obra. Simultaneamente, consta que foram introduzidas alterações no projecto inicial, mas a verdade é que ninguém as conhece nem sabe bem em que consistem. De concreto, apenas se sabe que o Núcleo Cultural da Horta, de uma forma no mínimo pouco elegante, foi retirado daquele espaço, ficando aquela instituição novamente a braços com a falta de instalações onde se possa acolher, facto que nos parece ser único em instituições similares nos Açores.

Mais: depois de durante anos, a Casa de Cultura da Horta e a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta terem sido directamente envolvidas na definição do programa e no acompanhamento do projecto, hoje, nenhum dos Directores daquelas instituições conhece o ponto da situação, que alterações foram ou vão ser introduzidas ou, sequer, qual é a planificação da execução da obra.

Entretanto, a situação operacional da Casa de Cultura arrasta-se ocupando um pequeno espaço que mal comporta o seu funcionamento administrativo. Quanto à Biblioteca Pública, acumula num edifício sem condições os fundos próprios com os da Biblioteca Fixa nº 80 da Fundação Calouste Gulbenkian.

Ainda mais grave é a situação do Arquivo da Horta, que se pode sintetizar no seguinte e negro panorama: o fundo da Junta Geral está distribuído por duas salas no edifício da Repartição de Finanças; os fundos do Governo Civil, da Estação de Saúde da Horta, da Empresa de Electricidade da Horta, do Grémio da Lavoura e a Biblioteca do Comandante Salema, estão em duas salas no rés-do-chão do Museu da Horta; a Biblioteca da Família Corte Real e Amaral (com cerca de dez mil volumes e dois mil títulos de temática açoriana) está numa sala num anexo da Câmara Municipal da Horta; uma parte do Arquivo da Alfândega está no edifício do Hospital Walter Bensaúde; uma parte dos periódicos está em três lojas da casa do Dr. Freitas Pimentel; os fundos da Casa Bensaúde e Faial Coal, da Misericórdia, da Câmara Municipal da Horta, do Serviço de Pilotagem da Horta, os fundos Judiciais, Notariais e Paroquiais do Faial, Pico, Flores e Corvo e a colecção Thiers de Lemos encontram-se no edifício actual, uns tratados ou em tratamento arquivístico e outros não, mas todos em péssimas condições de acondicionamento e segurança. Em resumo, são milhares de documentos, muitos deles de valor inestimável e fundamentais para o conhecimento do nosso passado, que se estão a perder ou em riscos disso. E é para já não falar da muita documentação que falta recolher por falta de espaço e condições para arquivo: é o caso do Arquivo da Alfândega e das incorporações obrigatórias por Lei dos Registos Paroquiais, Notariais e Judiciais do Faial, Pico, Flores e Corvo, de 1875 a 1900.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A importância do património histórico e cultural depositado na Biblioteca Pública e Arquivo da Horta para a História dos Açores em geral e para a das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo em particular, não se compadece com tantas demoras e aparentes indefinições. A exiguidade das actuais instalações, bem como as suas precárias condições de segurança, impedem que aquela instituição desempenhe o papel que lhe cabe na investigação científica e na vida cultural da Região e do País. É, pois, uma exigência incontornável do nosso desenvolvimento que a Biblioteca Pública e Arquivo, a Casa de Cultura e o Núcleo Cultural da Horta possam dispor de novas instalações no mais curto espaço de tempo, desbloqueando-se sem demoras os atavismos entretanto instalados.

E, a este propósito, interrogamo-nos, com perplexidade, sobre a orientação e direcção de algumas das nossas instituições culturais locais: é que o Museu da Horta arrasta-se há quase três anos sem Director e a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta parece ir no mesmo caminho: há mais de um ano o seu Director, em regime de substituição, e acumulando com funções de Técnico Superior noutra local, despacha uma vez por mês quando se desloca à Horta. E, como se não bastasse, o Concurso para Director destas instituições, aberto em Maio de 2000, e que decorreu normalmente até à publicação da lista de Classificação final em Outubro passado, foi recentemente anulado num acto da Administração de legalidade muito discutível e que fará inevitavelmente protelar a regularização e normalização do funcionamento destas instituições.

Embora não pareça, estamos nos Açores, na Ilha do Faial e na cidade da Horta. E no primeiro mês do Século XXI.

Tenho dito.

(*Aplausos dos deputados da bancada do PSD e dos Deputados José Decq Mota e Alvarino Pinheiro*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A maior parte das questões que o Sr. Deputado Costa Pereira coloca, também as temos vindo a defender a outros níveis e continuamos empenhados a defendê-las, porquanto se me afigura que de uma maneira geral são questões que serão novamente trazidas a esta Câmara e com a maior acuidade, por ocasião da discussão do Plano a Médio Prazo e, inclusivamente, do Plano para este ano.

Todavia, há questões que o Sr. Deputado Costa Pereira muito bem sabe, e algumas delas ele por força das funções que desempenhou, dominará, porventura, melhor do que eu, têm a ver com questões que nem sempre foram pacíficas a nível do projecto para a reabilitação da Casa Bensaúde. Esse é um processo que se caracteriza, do meu ponto de vista, por um conjunto de situações menos felizes em que a culpa não está apenas de um dos lados.

Todavia, há questões que o Sr. Deputado Costa Pereira coloca aqui e que ele certamente não ignorará que ao longo dos últimos anos foram, inclusivamente, prometidas pelo partido que ele hoje está aqui a representar.

Quando eu fui deputado, nesta Casa, em 88, estava em vigor o famoso PNIC (Programa Nacional de Interesse Comunitário), que previa para o Faial, entre outras coisas, um conjunto apreciável de reabilitações da rede viária. Para que conste, elas estão devidamente assinaladas com sinais de vezes no mapa da Ilha do Faial. Se foram reabilitadas ou não, eu tenho muitas e muitas dúvidas.

Para lhe dar outro exemplo, a Igreja do Carmo e a Pousada da Juventude, também já vêm desde essa época. No que se refere à Pousada de Juventude, estamos conversados. A Igreja do Carmo está em andamento.

Quando fui membro do Conselho Directivo da então Preparatória da Horta, no ano lectivo de 87/88, discutia-se se o Faial ou a cidade da Horta iriam ter uma nova escola preparatória ou uma nova escola secundária. Estamos, efectivamente, no primeiro mês do novo milénio, e não discutimos hoje se ela deve ser preparatória ou secundária, mas o que é facto é que não a temos.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um minuto, porque o meu tempo está a esgotar, para, em relação ao problema do edifício Casa Grande da Bensaúde e do Arquivo, manifestar a minha concordância com o essencial da intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e ajudar a fazer força no sentido de não se criar a ideia que aquela estrutura consolidada, mas esventrada, vai permanecer assim mais 4 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que temos que começar a aprender uma coisa nesta Casa, ou seja, os senhores já têm passado.

Invocar a todo o passo o período em que o PSD foi governo, já não justifica tudo ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas justifica alguma coisa!

O Orador: O facto do PSD não ter feito alguns dos investimentos que deveria, não significa que os senhores não os façam. Já tiveram 4 anos para fazer...

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

O Orador: ...sobretudo neste caso em que bastava apenas ter dado continuidade àquilo que já estava feito. O PSD deixou tudo preparado. Bastava os senhores terem dado continuidade ao processo que se iniciou em Setembro.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Onde é que isso estava!

O Orador: Não quiseram. Optaram por outras prioridades, mas não venham com as desculpas de que o PSD não fez.

O PSD não fez? Não. O PSD deixou as coisas preparadas e fez.

Quanto à questão do projecto de reabilitação da Casa Walter Bensaúde, o mesmo tem sido lançado para confundir as pessoas. Essa questão de que o projecto era discutível, é uma falsa questão.

Eu acompanhei todo esse processo na altura, pelas funções que exercia, e o gabinete que dá parecer à Câmara Municipal da Horta sobre as obras que se realizarão na cidade — o Gabinete do Arquitecto Lamas — estava directamente envolvido na questão da obra da Casa Bensaúde e a arquitecta que tinha a obra a seu cargo, antes de dar a sua última versão, digamos assim, sobre o projecto de reabilitação Casa Walter Bensaúde, conversou com o Arquitecto Lamas e obteve o seu parecer favorável prévio.

O facto de se invocar posteriormente, dizendo que o edifício tinha uma arquitectura discutível, ela é tão discutível como a do Teatro Faialense e a do Teatro Faialense está lá. Isso é uma falsa questão para adiar o problema.

Portanto, digam de uma vez por todas que não querem fazer a obra dentro deste prazo, porque preferem dar prioridade a outros investimentos, noutras ilhas.

Postas as questões desta forma, uma coisa os senhores não podem justificar. A obra não está feita e os documentos que são de valor incalculável, continuam a monte, continuam sem tratamento e sujeitos a que uma desgraça os destrua e ficamos, por isso, privados de conhecer de uma forma mais capaz o nosso passado que nos enobrece.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Durante os anos em que estive à frente da Câmara Municipal da Horta, sempre fiz questão de dizer que votava favoravelmente muitos projectos, fossem de particulares ou de quem fossem. Não discutia a arquitectura, porque a minha formação académica não me habilitava para tal. Podia emitir a minha opinião pessoal, mas como não a tinha divulgado aos meus eleitores, fazia questão de subscrever os pareceres dos técnicos devidamente habilitados sobre esta matéria.

Admito, perfeitamente, que a arquitectura da ampliação da Casa Walter Bensaúde, seja discutível, tal como a do Teatro Faialense.

Registo apenas que o Instituto Açoriano de Cultura da Ilha Terceira, depois de, não digo instituto, mas algumas entidades, pelos vistos, terem vindo a praticar a política do “tampão”, ter achado e ter vindo a sentir a necessidade de vir a público reivindicar que Angra necessita, de facto, de exemplares de arquitectura moderna, porquanto, se eu bem percebi das intervenções do seu Presidente, por via desse impedimento, estará a ficar carenciado.

A minha posição não é a nível da arquitectura. As informações que eu disponho e, porventura, não direi debates, mas os contactos que eu tenho tido sobre esta matéria, têm a ver não com o exterior, esse sim, perfeitamente discutível. Quando ele começar a aparecer, não acredito que a sociedade faialense o aceite pacificamente, tendo em conta as movimentações que se conhecem na nossa terra, relativamente a questões de muito menor importância.

Sobre essa matéria, ou seja, no que se refere ao seu miolo, eu tive oportunidade de chamar a atenção para quem de direito sobre as alterações que importava fazer e fi-las, não baseado na informação do Sr. Arquitecto José Lamas, mas de técnicos ligados a esta matéria.

Não tenho a presunção de vir sempre invocar os 20 anos do PSD com os 4 anos do PS, mas sei que se tem reflectido sobre esta matéria e pensa-se gastar o mínimo, o mais rápido possível. São as informações que disponho sobre este importante projecto que penso que nos poderá vir ajudar a resolver alguns problemas com os quais estou de acordo, como, grande parte, para não dizer a totalidade, do arquivo está a correr sérios riscos.

Penso que por diversas vezes tenho dado provas que também estou empenhado em que este assunto vá para a frente.

No essencial, penso que estamos de acordo, se bem que até lá, julgo que ainda vamos ter que trocar alguns “tiros” entre os dois ou entre os três, mas o fundamental é que esta obra venha a avançar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas quero dizer que nós, os três, naturalmente porque somos os três do Faial, aguardamos com expectativa aquilo que será o Plano do Governo e nessa altura voltaremos a conversar. Quando virmos aquilo que vier lá, espero que sua posição seja tão clara como agora a manifestou aqui.

Presidente: Já agora gostaria de dizer que há um quarto deputado do Faial.

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira vez que subi a esta tribuna, tive oportunidade de expor algumas considerações sobre o turismo.

Porque acredito num desenvolvimento sustentado da Região, não poderia, nesta segunda vez que subo à tribuna, de voltar a falar nas microempresas de artesanato, no desenvolvimento local e no turismo rural, para que possa contribuir, de certa forma, para que a Região tenha um desenvolvimento sustentável.

Na União Europeia o artesanato e as microempresas ocupam um lugar importante, o seu papel é essencial, ao nível económico, social e cultural, também constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento local. Aliás, é do conhecimento geral que as microempresas têm um papel determinante na União Europeia, 15,2 dos 16.5 milhões de empresas do sector não primário privado pertencem a esta categoria. É obvio que as microempresas, incluindo o emprego por conta própria, são a forma dominante de actividade económica na União, e serão ainda muito mais importantes numa região arquipelágica e ultraperiférica como a nossa.

Segundo Françoise Sabatier, hoje em dia está claramente identificado um novo Património Mundial da Humanidade, esta forma especial, evolutiva e profundamente imaterial do génio do homem, que não se designa nem de técnica, nem de método, nem de processo, que apenas se escreve no plural, os saberes-fazer. Desde logo, é necessário uma política para salvaguardar este sector.

Sem contestação a actividade económica e cultural que representam as artes e ofícios tradicionais, integra as dimensões mais importantes dos nossos territórios: memória colectiva, criatividade, capacidade de inovação, educação, cultura, identificação social, atractividade turística e imagem de marca.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assim, como alicerces para o desenvolvimento das artes e ofícios tradicionais é necessário fazer uma aposta séria na formação profissional, na promoção e divulgação do artesanato, na divulgação da Marca colectiva de Origem “Artesanato dos Açores”, pois entendemos as artes e ofícios tradicionais numa óptica de progresso, consciente de que este sector constitui uma área de potencial empregabilidade e um parceiro importante no desenvolvimento turístico da Região.

Saliente-se que o Turismo constitui um preferencial nicho de mercado específico dos produtos artesanais. Não temos um conceito redutor desta actividade, pelo contrário sabemos que ela já não é o parente pobre da economia açoriana. É neste sentido que urge estabelecer uma estratégia conjunta que associe o turismo às artes e ofícios. É necessário produzir e actualizar informação sobre este sector, nomeadamente lançar as bases para a produção e difusão de informação estatística actualizada relativa à na evolução sócio-económica.

Todavia, é na transmissão e aperfeiçoamento dos saberes tradicionais que temos o grande desafio; é urgente estudar e propor novos formatos para as acções de formação, adequadas à especificidade das artes e ofícios, é necessário recuperar os saberes-fazer e aproveitar o conhecimento dos mestres artesãos para que possam transmitir esses saberes, sobretudo nas profissões que ameaçadas de extinção, se revelem economicamente viáveis e de reconhecido interesse sócio-cultural.

É necessário incrementar políticas que permitam a inovação dos saberes tradicionais numa perspectiva de adequação ao mercado. É condição essencial sensibilizar os artesãos e outros agentes técnicos ligados ao sector, para a necessidade de potenciar as vantagens competitivas dos “produtos com alma”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, felizmente, possuímos um património de inegável valor, a julgar pelos múltiplas manifestações da nossa cultura.

Possuímos artefactos com um valor singular, porque as mãos que os produzem jamais a máquina os poderá imitar, são únicos, originais porque são idealizados com rigor estético e perícia manual. As fechaduras de madeira do Corvo, os chavões e as mantas coloridas de S. Jorge, o miolo de figueira e o bordado a palha da Ilha do Faial, as lapinhas e os registos de S. Miguel, os bordados da Terceira e Graciosa. São no fundo as múltiplas manifestações culturais vividas intensamente em todas as ilhas dos Açores, como são exemplo as festividades do Espírito Santo, as Cavalhadas de São Pedro, os Romeiros e os Foliões. A Gastronomia é uma outra área que mereceu recentemente a atenção do Governo da República, através da resolução 96/2000 consagrou-a como Património da Cultura Nacional.

A mundialização têm como corolário uma banalização dos hábitos de consumo, o que implica, por reacção, um interesse acrescido e uma constante procura de informação sobre a identidade e um interesse sobre a cultura das artes e ofícios englobando tudo o que é singular, original, próprio de um povo, próprio de uma região.

É por esta razão que devemos incentivar a criação e desenvolvimento das microempresas artesanais, pois estas contribuem para o crescimento e consolidação do emprego e para a sustentabilidade económica do tecido empresarial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sinto-me hoje especialmente feliz, porque foi aprovado recentemente em Conselho de Ministros o Decreto-Lei relativo ao “Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal” velha aspiração de todos aqueles que acreditam que as artes e ofícios constituem um alicerce para o desenvolvimento local e regional. Foi sem dúvida, uma medida de discriminação positiva para o sector.

O aumento progressivo da actividade turística a nível nacional, é uma realidade. Recentemente o Sr. Secretário de Estado Victor Neto, confirmou a passagem da Barreira dos 12 milhões de Turistas no ano 2000, disse o mesmo responsável que “estamos, cada vez mais, perante novas formas de turismo e de Lazer, e de um novo perfil de turistas”.

De facto, podemos constatar que também na Região Autónoma dos Açores assistimos a um crescimento nunca antes verificado.

É necessário pois definir a relação existente entre artes e ofícios tradicionais e turismo para, posteriormente, obter uma estratégia de desenvolvimento regional, sobretudo, porque acreditamos que estas duas actividades são determinantes do ponto de vista económico e social, são no nosso entender sectores estratégicos em pleno desenvolvimento.

Não nos podemos esquecer que temos recursos naturais, meio-ambiente, modos de vida tradicionais, logo temos capacidades endógenas para o desenvolvimento.

Os Açores são hoje um lugar apetecível no mundo, o ritmo de crescimento e de procura turística é uma realidade. O investimento privado é cada vez maior, vivemos sinais de prosperidade a todos os níveis. A Sociedade Açoriana está em mudança.

O nosso modelo de desenvolvimento traz-nos inúmeras responsabilidades, pois sabemos que estamos a preparar um novo futuro para a Região um futuro do qual, os nossos filhos se sentirão orgulhosos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

(Eram 12 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que tomassem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 25 minutos)

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é a primeira vez, que nesta Legislatura, subo à tribuna, por isso e daqui na qualidade de deputado eleito para esta Câmara, permita-me V. Ex.^a, Sr. Presidente que o saúde, bem como os restantes colegas deputados, de todas as bancadas, desejando ao mesmo tempo profícuo trabalho a bem dos Açores.

Ao Governo Regional também quero desejar bom trabalho já que dele dependem as felicidades das Açorianas e dos Açorianos.

Há tempos, em seguida à louvável iniciativa dos capitães de Abril que restituiu a liberdade ao povo português, os Açorianos uniram-se à volta de um projecto que visava conseguir a Autonomia para os Açores.

É de todos conhecido que esse projecto vingou e, em 1976, iniciava funções o 1º Governo Regional dos Açores que incrementou uma política de governação cuja finalidade era o desenvolvimento harmónico de todas as parcelas da nossa jovem Região Autónoma.

Para tornar verdadeiro esse tipo de desenvolvimento, as ilhas geograficamente mais pequenas e ao mesmo tempo mais carenciadas viam iniciar-se as infraestruturas tão desejadas quanto imprescindíveis para o seu progresso.

Portos e aeroportos nasceram na Graciosa, Pico, São Jorge, Flores, Santa Maria e no Corvo.

Paralelamente, estruturas para melhorar outros sectores também atrasados, como a saúde, a educação, as pescas, a agricultura, o saneamento básico, o fornecimento de energia eléctrica, as acessibilidades etc., foram aparecendo por todos os lados da nossa Região.

A essa Autonomia, que se manteve ao longo de anos, poder-se-ia hoje, classificar de frutífera, já que trouxe e permitiu a melhoria de vida de quem escolheu viver nos Açores.

A concretização de uma política de desenvolvimento integrado com vista ao equilíbrio de todas as parcelas da nossa Região foi sempre o objectivo perseguido.

Aliás esse foi um dos principais elementos aglutinadores dos açorianos à volta da criação e defesa da sua Autonomia.

Hoje vivemos naquela a que chamam “Autonomia Cooperativa”, a qual também muito poderia dar aos Açorianos, mas que se está a revelar, em vez de cooperativa, enganadora, já que está a implementar na nossa Região 2 velocidades:

- Uma velocidade mais rápida para as ilhas maiores;
- Outra velocidade bem mais lenta para as ilhas mais pequenas.

Hoje, como sempre, todas as nossas ilhas dispõem de recursos, nos mais variados aspectos, que se bem aproveitados poderão, já não digo igualizar, mas pelo menos aproximar os açorianos dos níveis médios de bem-estar dos nossos irmãos europeus.

Somos daqueles que acreditamos que a iniciativa privada será o melhor motor de exploração desses recursos, com vista ao nosso desenvolvimento económico.

No entanto, nos Açores, dado os seus condicionalismos, é preciso que a iniciativa privada seja acarinhada e tenha igualdade de oportunidades com vista ao seu e ao mesmo tempo nosso desenvolvimento e conseqüente crescimento.

Sabemos que, no nosso arquipélago, há diferenças de ilhas para ilhas, no que às oportunidades concerne.

Sabemos que as nossas condições de Região insular e ultraperiférica são factores que, de maneira geral, estrangulam o nosso desenvolvimento e afectam de forma negativa o crescimento da nossa Região.

Todos sabemos serem necessários mecanismos de correcção e é para fazer face a esses aspectos negativos que reclamamos a solidariedade do Estado e da União Europeia, onde estamos, plenos nos deveres e também nos direitos.

Assim sendo, não percebemos nem faz sentido que reclamemos dos outros solidariedade para depois, cá dentro, se notar que temos a tal Autonomia Cooperativa que afinal de cooperativista tem pouco e nos está a fazer andar nas tais duas velocidades atrás referidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Dos muitos vectores que são necessários ao nosso desenvolvimento, poderíamos aqui referir e

demonstrar vários que, essencialmente na Graciosa, não estão a merecer o melhor tratamento por parte do Governo Regional.

No entanto, hoje vamos apenas fazer algumas considerações sobre os Transportes Marítimos de Cargas, sector crucial numa Região formada por ilhas, como a nossa.

O Governo numa ânsia de colher frutos imediatamente, esqueceu e desacautelou o futuro, ao desregulamentar o mercado quando permitiu a entrada de novos operadores nas linhas de transportes marítimos de cargas do continente para a região e vice-versa. Esse resultado está à vista e pode-se afirmar que presentemente não temos, pelo menos na Graciosa, um serviço fiável, regular e até de alguma qualidade.

Todos sabemos que ilhas como a Graciosa, Santa Maria, Flores, Corvo, não são apetecíveis para alguns desses operadores que acabam por invocar um leque de desculpas para não tocarem ou servirem, convenientemente, aquelas ilhas.

Tudo isto está bem evidente nos últimos tempos, e diga-se em abono da verdade que esta triste realidade acarreta prejuízos para o débil tecido empresarial graciosense.

Assim não pode ser!

Assim não poderá continuar já que os nossos empresários não estão em pé de igualdade de oportunidades para com os demais dos Açores.

O nosso mercado, há semelhança do mercado das outras ilhas, também se abastece no mercado continental, e precisa de uma viagem quinzenal, regular de um porta contentores, que parta de Lisboa ou Leixões, que passe em São Miguel e vá para a Graciosa, no mais breve espaço de tempo.

O Núcleo Empresarial da Graciosa, através de um comunicado da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, já fez sentir que todo o sistema vai mal e apontou algumas correcções necessárias.

Compete pois ao Governo, ter uma função orientadora e, se necessário for até incentivadora, com vista à consolidação de um quadro que viabilize, também para a Graciosa, as acessibilidades que todos reclamamos.

Só assim poderão os Graciosenses estar em igualdade para com os açorianos residentes em São Miguel, Terceira ou Faial.

Aliás esse é um direito que nos assiste e que reivindicamos por considerarmos justo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Por falta destas medidas estruturantes, em vésperas da quadra natalícia, quando já faltavam alguns géneros de primeira necessidade de que são exemplo, gás, bacalhau, leite pasteurizado, ovos, fruta, legumes, iogurtes, etc., forçou-se a ida à Graciosa do navio “Corvo” que apesar do, pelo menos aparente, bom estado do mar, em noite de lua cheia, sem se saber porquê e como, acabou encalhado no Ilhéu da Praia.

Foi, na verdade, um naufrágio que trouxe problemas aos Graciosenses.

Foram empresários e particulares que perderam os seus bens, já que ninguém, pelo menos por agora, lhes garante o pagamento de nada.

Depois foram os sucessivos derrames de grandes quantidades de gasóleo e fuell que nos dias a seguir ao naufrágio se estendia pelo mar, desde a Praia até para lá do Ilhéu do Carapacho, e nestes últimos dias numa zona relativamente mais pequena que vai do Ilhéu da Praia até à ponta dos Fenais.

Felizmente, a direcção dos ventos tem sido de forma a empurrar essas manchas de combustível para fora da costa. Como diz o nosso povo, “do mal o menos”.

No entanto, até hoje nada se fez para informar até que ponto, esse gasóleo e fuell, poderão ter afectado a fauna e a flora marítima daquela zona.

Por último, vamos falar de uma velha questão, já por mim levantada, e que este naufrágio do navio “Corvo” trouxe à colação. Trata-se efectivamente da falta de um piloto residente na ilha Graciosa.

Na verdade, a falta de um profissional daqueles na Graciosa tem trazido, nos últimos tempos, para os residentes naquela ilha e para a sua economia, reflexos de veras negativos já que muitas vezes quando há piloto não há navios e quando há navios não há pilotos ou o mar até não permite a atracagem desse navio e a consequência mais visível de tudo isto é aparecerem rupturas, do mais variado tipo, no mercado local.

Mas para mim e para muitos graciosenses, anda no ar uma pergunta que se relaciona com a falta de piloto na Graciosa e que é a seguinte:

Teria encalhado o “Corvo” no Ilhéu da Praia, se na Graciosa existisse um piloto?

A resposta correcta não a temos!

Mas a existência no Porto da Praia de um piloto conhecedor dos obstáculos que aquele porto contém, com certeza que teria reduzido muito as possibilidades daquele acidente ter ocorrido.

Também aqui sabemos a quem compete a resolução do problema para que, sistematicamente, aquela parcela da nossa Região não fique prejudicada.

Mas o tempo vai passando e na Graciosa estamos a ficar fartos de esperar pela resolução de muita coisa.

A falta de um piloto residente é mais uma.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Ouvi com muita atenção, como não poderia deixar de ser, a sua intervenção, porque ela ia centrar-se, obviamente, na nossa ilha que queremos cada vez melhor.

Quanto à sua reivindicação de haver um porta contentores de 15 em 15 dias na Graciosa, eu não vou dizer que concordo, porque já existe, mas o mau tempo pode impedir que ele se desloque lá nesse prazo. Como sabe, de 15 em 15 dias a Bokline vai lá com um porta contentores.

Com a colocação da grua, adquirida pelo Governo do Partido Socialista, que vai ser colocada brevemente na Graciosa e que, segundo consta, custa cerca de 200 mil contos, ainda vai facilitar muito mais a operacionalidade, em termos de embarque de contentores, mas não precisa um porta contentores ir lá para se proceder a essa operação.

Quanto à crise de stocks, sempre houve, mas agora não existe tanto como havia anteriormente.

No que se refere ao encalhamento do navio “Corvo”, Sr. Deputado, nós temos que ser realistas. Se existisse lá um piloto em terra, aquele acidente iria acontecer na mesma, até mesmo porque o piloto estava a bordo. Estava exactamente no lugar certo.

O encalhamento do “Corvo” não tem explicação. Ela virá, mas não foi por falta de piloto, nem por causa do mau tempo. Quem está encarregado de fazer o inquérito, dirá depois o que é que aconteceu efectivamente.

Quanto à questão dos pilotos, a dificuldade que havia, deixou de existir, graças à intervenção deste Governo, porque, como sabe, os pilotos pertenciam à marinha e iam quando queriam e entendiam. Agora, não.

Uma vez que a partir do dia 1 de Janeiro passaram para a dependência das Juntas Autónomas do Portos, já não há esse problema de não irem. A Junta Autónoma quando sabe que é necessário ter um piloto na Graciosa, ele vai.

Tanto assim é, que sabe que a partir do dia 1 de Janeiro até hoje, já foram pilotos lá que antes nunca tinham ido e passaram a ir com bastante frequência. Graças a essa passagem da marinha para a Junta Autónoma dos Portos, conseguiu-se isso. Esse problema está parcialmente resolvido.

Eu concordo consigo quando diz que tem que haver um piloto residente, porque há informações a dar antes do barco lá chegar. Eu estou inteiramente de acordo com essa reivindicação. Agora, que estamos melhor em relação ao passado, com esta passagem dos pilotos para a Junta Autónoma dos Portos, não há dúvidas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos genéricos que não têm, rigorosamente, a ver com a Graciosa, tanto podem ter a ver com a Graciosa como com qualquer outro porto, em qualquer outra situação.

Sr. Deputado João Cunha:

O transporte marítimo não foi desregulamentado. A entrada do novo operador não tem nada a ver com a regulamentação ou com a desregulamentação do transporte marítimo.

Para sua informação, a legislação nem sequer foi alterada.

O que acontece é que existe um quadro legal que define o funcionamento da cabotagem insular e define um conjunto de serviços mínimos. Todos os operadores que demandam a Região e que apresentam no IMP um projecto a ser licenciado para operarem em cadeiras regulares para os Açores, ficam obrigados, pelo menos por um período mínimo de um ano e pelo tempo seguinte, se assim o entenderem, a cumprir um conjunto de regras. São regras mínimas, mas o mercado, para além dessas regras é, como não podia deixar de ser, um mercado completamente aberto.

Veio um operador, podem vir dois, três ou uma dúzia, aqueles que muito bem entenderem. Portanto, para além desse serviço mínimo, dessa prestação obrigatória, é um mercado aberto.

Eu não tenho dúvidas nenhuma que nenhuma ilha dos Açores dispensa carga contentorizada. A forma de lá chegar ou a forma como é carregada ou descarregada, é uma questão marginal neste processo.

Relativamente à questão dos seguros, da carga e do acidente do “Corvo”, esta é uma questão bem mais complicada, porque, como sabe, o transporte marítimo de mercadorias faz-se ao abrigo de uma convenção, ou seja, a Convenção de Transporte de Mercadorias por Mar sobre Conhecimento de Carga e, nestas situações, daquilo que o direito inglês diz e considera, um “act of God” (acto de Deus, força maior), é evidente que todos os interessados na expedição marítima, incluindo os donos das mercadorias, são co-responsáveis na proporcionalidade dos meios que têm afectos a essa expedição, por todos os prejuízos.

É uma questão complicada e não é uma questão resolúvel no âmbito do direito interno, mas no direito desta convenção que foi assinada e rectificada por Portugal. São regras internacionais que se aplicam há muitos anos e que não se têm alterado significativamente.

Relativamente à questão do encalhe do navio “Corvo” e da falta de um piloto na Graciosa, devo dizer-lhe que um bom piloto só se faz manobrando navios. Para manobrar navios é preciso estar em portos onde, de facto, existam esses navios para manobrar.

Um piloto que manobre 40 ou 50 navios por ano, como seria a situação da Graciosa ou de outras terras, que esteja nesse sítio permanentemente, nunca será um bom piloto, porque ele não tem a oportunidade de aprender, porque ele não tem navios para manobrar.

Quando eu levanto a questão do piloto da Graciosa, eu levanto-a por questões técnicas, por questões de segurança, não por questões económicas. Efectivamente, nalguns sítios, do ponto de vista técnico, não se justifica a existência de um piloto. Do ponto de vista da segurança é preferível que vá lá um piloto que esteja num porto onde, continua e diariamente, manobre navios.

Gostaria ainda de acrescentar que, efectivamente, o acidente do navio “Corvo”, não teve nada a ver com a existência ou não do piloto.

Evidentemente que se existisse um piloto na Graciosa, ele não estaria a bordo no momento do encalhe, porque o embarque do piloto far-se-ia, precisamente, entre o ilhéu e a ponta do molhe. Mais do que isso, em situações de mau tempo, o piloto embarcaria já dentro do próprio porto.

Portanto, o acidente não teve nada a ver com isso.

Um piloto na Graciosa ou em outro qualquer porto que manobre aquele número de navios e que tenha aquele número de escalas, nunca será um bom piloto, porque não terá oportunidade de manobrar o número suficiente de navios com continuidade para que possa aprender a ser efectivamente um bom piloto.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para além das explicações que aqui já foram deixadas, só gostaria de acrescentar que, como o Sr. Deputado deve ter conhecimento, os TMG estão a fazer duas viagens semanais, a partir da Terceira, e passarão a movimentar contentores no próximo mês, logo que a grua esteja instalada e disponível no porto da Graciosa.

Para além disso, gostaria também de lhe felicitar se por acaso tem alguma estratégia para controlar o estado do mar, faça favor de partilhar connosco, estaremos todos muito receptivos.

Deputado Ana Paula Marques (PS): Muito bem!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Deus Neptuno!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à última intervenção, devo esclarecer a Sra. Deputada que realmente não consigo controlar o tempo, com muita pena minha.

Deputada Nélia Amaral (PS): Ninguém consegue!

O Orador: Por isso mesmo não percebi, por que é que a Sra. Deputada fez a pergunta.

Deputada Nélia Amaral (PS): Fiz a pergunta na sequência da sua intervenção!

O Orador: Bom, mas já agora fica para si a resposta também.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, ela foi esclarecedora e, desde já, agradeço, mas devo dizer que eu falei em desregulamentar, sem dúvida, mas talvez para si ficava melhor ou talvez percebesse melhor, o termo, “desregulou”.

Eu realmente utilizei o termo “desregulamentar”, mas quero dizer que com a entrada de um terceiro operador, desregulou-se as ilhas à Graciosa.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Explique a diferença!

O Orador: É fácil. Desregulamentar seria sobre o aspecto legislativo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não me diga que não sabe!

O Orador: Ele sabe, mas como dizia o Sr. Deputado Paulo Gusmão, a ignorância às vezes pode andar à solta e o Sr. Deputado pode ter apanhado algum bocadinho, por isso vale a pena esclarecer.

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PS)

O Orador: Desregular, é precisamente o que aconteceu, ou seja, carácter regular de viagens à Graciosa — e aqui já começo a contrastar um pouco com aquilo que disse o Sr. Deputado José Nascimento Ávila — o que ultimamente não existe.

Desde que a Transinsular deixou de operar na Graciosa, a viagem do porta contentores, nunca mais foi regular. Compreendeu?

No que se refere à questão do piloto, se o Sr. Deputado Lizuarte Machado fosse à Graciosa e ouvisse as versões que por lá se contam sobre o acidente do “Corvo”, talvez percebesse mais qualquer coisa sobre essa questão.

Tenho que lhe dizer ainda que na Graciosa, muitas das vezes, a questão não se prende com o ser bom ou mau piloto. O Sr. Deputado que percebe perfeitamente estas questões, sabe que muitas das vezes precisa-se é de um piloto que seja conhecedor do porto em que está a trabalhar. Isso é o essencial. Com certeza que não vai desmentir isto.

Ainda em relação à Sra. Deputada Nélia Amaral, e isto vai de encontro a uma outra questão que o Sr. Deputado José Nascimento Ávila levantou, ou seja, as viagens dos TMG, eu gostaria de dizer que os TMG estão a fazer um bom serviço para a Graciosa — concordo! — por isso presto-lhes aqui a minha homenagem e incentivo para que continuem a fazer o trabalho que estão fazendo, que não é de agora, vem de longa data.

No entanto, devo dizer que a Graciosa não pode ficar pelos contentores que presentemente os TMG transportam para lá. Isto é que é importante e a Sra. Deputada se tivesse mais um pouco de dimensão regional teria percebido que a Graciosa precisa de contentores da mesma dimensão que têm os contentores que desembarcam no porto de Ponta Delgada.

Para já, era só isto.

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Relativamente ao piloto, gostaria de dizer que um piloto que vá à Graciosa manobrar os navios que lá estão, a partir de um outro porto, manobra, ao fim do ano, o mesmo número de navios de um piloto que resida lá, ou seja, tem o mesmo conhecimento do porto do que um piloto que lá esteja sediado. Por aqui estamos conversados.

(Risos dos deputados da bancada do PS)

Deputado João Cunha (PSD): O senhor está enganado!

O Orador: Todos os operadores que vão à Graciosa ou a qualquer outra ilha, naturalmente que prestam a essa terra um bom serviço, como é óbvio, seja qual for o tipo de carga que movimentem, contentorizada, carga geral, etc..

Cabe, naturalmente, à Região avaliar o desempenho desse serviço e, sobretudo, definir o quadro legal no qual se insere a prestação desse serviço.

A Região não tem mais que fazer, senão, no âmbito da República, definir o quadro legal em que esse serviço se vai prestar, definir o que são os serviços mínimos, a regularidade e abrir também algumas possibilidades para que esse serviço possa ser feito adaptado aos dias de hoje e àquilo que são as nossas necessidades. Posteriormente, fiscalizar o cumprimento das regras.

A Região não pode, nem deve ter, nenhuma pretensão de interferir no mercado, porque isso seria extremamente complicado.

Relativamente ao que se diz na Graciosa quanto ao acidente do “Corvo”, eu não sei, não conheço as causas que levaram ao acidente, porque o relatório ainda não existe, mas essas coisas não são tão simples de fazer, nem de apurar de um dia para o outro.

Porém, posso-lhe dizer que o navio acidentado era um navio tecnicamente capaz, estava certificado, vistoriado pela Inspeção Geral de Navios — que é um departamento do IMP, reconhecido internacionalmente como muito bom, e eu não digo isto no âmbito de todo o IMP, porque não o entendo assim, mas particularmente na questão da Inspeção de Navios é, de facto, um dos melhores serviços públicos do Estado Português — a tripulação do navio era formada e certificada de acordo com as normas do STCW (Standard Training Certification and Watchkeeping for Seafarers).

Portanto, todo o navio e tripulação estavam aptos. Aconteceu um acidente cujas causas ainda não se conhecem, mas eu também tenho carta de condução e já tive um acidente na estrada. Os acidentes acontecem.

Felizmente, não houve vítimas, os danos materiais são aqueles que conhecemos e, tanto quanto sei, até agora não há danos ambientais graves. Foi apenas um acidente, nada mais do que isso.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Uma intervenção muito rápida para falar sobre a rotura dos stocks que o Sr. Deputado João Cunha fez referência.

Realmente houve alguma rotura de stocks, mas também há um mau princípio por parte dos comerciantes da Graciosa, porque quando não existe determinado produto num estabelecimento, não quer dizer que haja rotura, porque pode haver noutros.

Se nós formos procurar um produto numa determinada loja, numa grande cidade, nomeadamente Lisboa, Ponta Delgada ou Terceira, se não houver esse produto, é hábito indicarem-nos outra loja onde possamos adquirir-lo. Eu sei que na Graciosa houve situações destas.

Também gostaria de salientar, e há que prestar essa homenagem ao Governo, o facto dele ter feito um grande esforço no sentido de colocar lá os produtos de primeira necessidade, nomeadamente aqueles que o Sr. Deputado mencionou na sua intervenção, com a ida de um ATP, versão carga à Graciosa e, inclusivamente, de um helicóptero para que as pessoas não ficassem privadas desses artigos de primeira necessidade.

Deputado João Cunha (PSD): E uma corveta!

O Orador: A rotura não foi assim tão grande como quis fazer crer.

Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Caríssimos Membros do Governo:

No passado Domingo dia 14 do corrente mês, realizaram-se eleições para a Presidência da República Portuguesa, à qual os Açores pertencem de pleno direito com um estatuto especial de Autonomia Político-Administrativa.

A realização de tão importante eleição merece, em nosso entender, uma reflexão atenta e oportuna nesta Assembleia.

É indiscutível que para os Açores as últimas eleições Presidenciais que relegitimaram o Presidente — de todos os Portugueses, e não só de alguns — Jorge Sampaio tiveram um registo determinante no plano político institucional.

Jorge Sampaio — o nosso presidente — cumpriu um primeiro mandato com tranquilidade democrática. Assegurou o regular funcionamento das instituições. Exerceu com rigor os seus poderes constitucionais, de acordo com as circunstâncias e sempre no respeito da vontade dos portugueses.

Colocou-se acima dos partidos, respeitando-os e ouvindo-os a todos. Defendeu as liberdades e os direitos do Homem.

Não interferiu nas competências próprias dos outros órgãos de governo e dos soberania. Vetou numerosos diplomas do Governo. Respeitou os votos dos portugueses, fosse ele qual fosse e garantiu a estabilidade institucional e política.

Para isso o Presidente soube sempre ouvir os portugueses e as portuguesas de todos os extractos sociais, idades e regiões. E nunca esqueceu as comunidades de portugueses emigrados nos cinco continentes.

Todavia, para nós Açorianos, a presidência de Jorge Sampaio foi ainda sentida a um diferente nível e revestiu-se de uma suplementar dimensão:

Foi vivida a um nível profundamente humano e fraterno na forma como se solidarizou connosco, nos momentos menos bons por que passamos nas diversas calamidades que nos assolaram.

E foi sentida, igualmente, numa dimensão de estadista.

Traduzida na forma sóbria e cordial como decorreu a presidência aberta dos Açores, no Verão de 1998 e também no desempenho atento, cuidadoso e isento com que geriu a inusitada crise da AD-Açores na Primavera de 1998.

Crise onde a direita política Açoriana, ora manietada por lobbys partidários Lisboetas, ora controlada remotamente por emigrantes em Bruxelas, simulou um dos espectáculos mais tristes e irresponsáveis da nossa história parlamentar recente — mas pagaram por isso !!!

A vitória de Jorge Sampaio nas últimas eleições Presidenciais representa, assim, um importante triunfo para os Açores. Não obstante a elevada abstenção registada no nosso arquipélago, na qual a forte presunção de vitória e o distanciamento natural de uma campanha do género influíram, os compromissos de Jorge Sampaio para com as Autonomias, são uma garantia política institucional muito importante.

Ainda sobre o registo eleitoral, cabe aqui referir a nossa preocupação pela forma demissionária e minimalista com que o centro direita configuraram a sua presença nessa corrida. A direita política insiste num jogo de sombras que nos parece cobarde e ao mesmo tempo perigoso, implicando mesmo no plano da sustentabilidade do nosso sistema democrático actual. A direita insistiu num candidato de recurso, sem a chama das suas grandes personalidades — quiçá reservando-se para outros Invernos — reforçando assim o favoritismo, já de si natural, de Jorge Sampaio na corrida eleitoral — conforme se confirmou na sua vitória folgada logo à primeira volta.

A falta de comparência do bloco político do centro direita atribui, a esse mesmo espaço, uma dupla responsabilidade política que merece ser denunciada. Em primeiro lugar, pelo conformismo com que encaram as suas sucessivas derrotas eleitorais. E em segundo lugar, pelo descrédito que lança sobre o actual regime democrático português.

Cabe ainda referir, que todos os candidatos presentes na corrida eleitoral tinham como principal objectivo atacar e desgastar o Governo da República.

Mas o candidato do PSD tinha um outro atributo suplementar: o de caricaturar a magistratura de influência do Presidente da República, e com isso o sistema político português, com a sua concepção presidencialista latino-americana de tudo fiscalizar e em todos os domínios intervir.

O próprio posicionamento *sócio*-eleitoral dessa candidatura foi desastroso. Com uma estratégia exclusiva, o candidato do PSD esteve presente na corrida eleitoral contra os socialistas, ou seja, contra uma parte muito substancial da sociedade portuguesa e mais concretamente contra a maioria dos açorianos. Terá sido por isso que não visitou os Açores na divulgação do seu projecto? Ou a sua

agenda política foi condicionada por não estar assegurada a sua recepção à chegada a um aeroporto da região?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Houve gente de São Miguel que não foi esperar o Sampaio!

O Orador: Seja qual tenha sido a razão para essa ausência, consideramos necessário o decorrer de mais algum tempo para o apuramento das verdadeiras consequências políticas da posição tímida e retraída com que o PSD-Açores interpretou as últimas eleições Presidenciais. Afinal qual é a perspectiva do PSD-Açores sobre o mais alto magistrado da nação portuguesa?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Caríssimos Srs. Secretários do Governo Regional: Para terminar gostaria apenas de referir, em nome da JS e o GP do PS, a confiança com que agora, assegurada que foi a reeleição do Dr. Jorge Sampaio, perspectivamos os principais desafios políticos que se deparam aos Açores e a Portugal. Como certamente o são: a revisão da Lei de Finanças Regionais, a reforma do nosso sistema eleitoral, o permanente esforço de melhor funcionamento da nossa autonomia, a eventual revisão do nosso Estatuto Político, e ainda, num plano pan-europeu, a posição de Portugal no Mundo, a defesa das nossas comunidades emigrantes, o alargamento da UE e a reforma institucional que lhe está associada, a política de defesa europeia, a sustentabilidade do nosso modelo de desenvolvimento, as questões da sociedade de informação, uma melhor redistribuição da riqueza no mundo e uma melhoria na igualdade de oportunidades especialmente para os jovens. Isso só para citar algumas das matérias mais importantes Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui ao reeditar de um procedimento e de um método a que já nos vem habituando. Por um lado, tem a ver com a busca dos 50% — parece que é a grande procura que o PS tem feito relativamente a resultados eleitorais que não conseguiu nas últimas eleições regionais, por isso tentou ir buscar a umas eleições presidenciais que, como todos sabemos não são de nível partidário — e, por outro lado, com o procedimento de permanente opressão e ataque.

Permitam-me que diga aqui, não vem a propósito desta intervenção, mas aquilo que se irá seguir, que não é com uma postura de permanente ataque e de desrespeito que se consegue uma nova Assembleia e um novo procedimento. Eu julgo que é essencial que isto fique aqui referido.

Essa postura evidenciou-se no último plenário em que foi aprovado o Programa do Governo, mais precisamente quando o Sr. Presidente do Governo, anunciando uma postura de humildade, desejada, mas que não consegue assumi-la, apresentou um resultado eleitoral no sentido de “humilhar a oposição” — foi o termo utilizado.

Durante as várias intervenções proferidas neste plenário, vimos sentindo isso, e agora, mais uma vez, se sentiu a grande necessidade de encontrar resultados e vitórias que humildemente temos que reconhecer que não são nossos, nem na derrota, nem na vitória. Mais uma vez tentou-se isso aqui.

Essa ânsia foi tão evidente, isto é, a de ir buscar uma vitória que não era assumidamente partidária e designadamente regional, quando os próprios Deputados do PSD, eleitos pela Ilha Terceira, tentaram fazer uma visita em dia de reflexão..

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tentaram não. Efectuaram!

O Orador: Nesta altura devo evidenciar, e com o respeito que me merecem todos os membros desta Casa, que alguém teve o discernimento suficiente para vir a público anunciar que não era o procedimento mais correcto para, em dia de reflexão, fazer visitas de âmbito político partidário.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas não tem nada a ver connosco. Qual é o problema?

Deputada Berta Cabral (PSD): É preciso explicar? Não perceberam?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Percebemos!

O Orador: Tudo isto para explicar, e tentando concluir, que o que foi aqui evidenciado foi no sentido de que se tenta buscar uma vitória que não é claramente de nível regional, de nível partidário e tenta-se oprimir a oposição, mais uma vez, no âmbito daquilo que tem sido feito, com uma permanente postura de ataque e de desrespeito.

Era esta a mensagem que queria aqui deixar e com alguma preocupação.

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, como sabem, nós atingimos o nosso tempo regulamentar.

Eu não queria quebrar este debate. Por isso, dava a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista que está inscrito, depois vamos interromper os nossos trabalhos e retomamos às 15 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caríssimos Membros do Governo:

Gostava de referir que não ataquei ninguém. Fiz uma leitura de factos políticos e devo dizer que no seu partido há muitas pessoas que concordam comigo, conforme o Sr. Deputado certamente sabe.

Em relação às questões dos mandatos, aos números de votos, essa contabilidade que os senhores pretendem fazer de uma forma permanente, eu gostava de referir que o PS cumpre os mandatos que lhe são atribuídos, seja nos Açores, nas autarquias ou na Assembleia da República.

Portanto, é esse tipo de atitude que os senhores permanentemente tentam insinuar de esmunia da nossa parte, não corresponde à verdade, se me permite.

Mais. O passado do PS, designadamente neste fórum, fala por si.

Quanto à história do meu desespero, de eu ter ido buscar argumentos e de ter ido repescar, gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que ainda não decorreram 15 dias após as eleições. Eu penso que essa reflexão, essa leitura, tem todo o cabimento e toda a pertinência nesta Assembleia.

Nós somos açorianos, nós temos autonomia e ainda bem, mas também somos portugueses, europeus, somos até cidadãos do mundo.

Se me permite, Sr. Deputado Clélio Meneses, eu gostava de referir que espero que o senhor não esteja agora a aderir precisamente àquele bloco que eu referi há pouco, que são o movimento nesse bloco do centro de direita que está permanentemente conformado com as derrotas que conseguem obter nas eleições e que apenas cumprem calendário nos importantíssimos actos eleitorais do nosso país.

Era apenas isto, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos.

Recomeçamos às 15 horas.

(Eram 13 horas e 5 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Eu queria começar por assinalar a presença nesta Câmara dos alunos do curso de técnicos de construção civil, também da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos sempre cultivaram uma postura de rigor, de racionalidade e até de alguma austeridade.

A generalidade das famílias residentes nos Açores sempre pautou a sua actuação por padrões de elevada propensão à poupança, bem patentes aliás, nos indicadores do sistema financeiro regional.

Hoje, assiste-se a uma sucessiva inversão desta tendência, em que grande parte das famílias de médios recursos atinge limites de endividamento preocupantes, motivados pelo consumismo que atravessa as sociedades contemporâneas, potenciado pela enorme facilidade de acesso ao crédito e pelo abaixamento das taxas de juro verificado nos últimos anos.

Toda esta situação propícia uma atmosfera de prosperidade que em regra não corresponde a um aumento efectivo e sustentável do rendimento dos agregados familiares fazendo com que pequenas oscilações de conjuntura, designadamente aumento das taxas de juro ou da inflação, conduzam a situações críticas e até em alguns casos de insolvência.

Compete, por isso, aos governos alertar para estes perigos, criar mecanismos de incentivo à poupança e ao investimento, gerir as expectativas com ponderação e, acima de tudo, adoptar um comportamento que sirva de exemplo aos demais agentes económicos.

A nível nacional o aumento dos preços dos combustíveis, a estabilização em alta das taxas de juro e o aumento do défice público fazem prever tempos difíceis.

A diminuição da procura interna e externa, decorrente da redução do poder de compra e da eventual recuperação do Euro, fará desacelerar a economia.

As previsões da OCDE e da Comissão Europeia divulgadas no final do ano passado e confirmadas pelo Banco de Portugal, apontam para um elevado crescimento da economia mundial e em particular na zona euro, ao mesmo tempo que revêem em baixa os indicadores portugueses.

Os relatórios em causa apontam, sem excepção, para a degradação das contas externas do nosso País, para o excessivo e continuado aumento da despesa pública, para o agravamento da inflação e para um crescimento económico abaixo da média europeia.

O défice externo português é muito superior ao dos restantes países da União, a despesa pública cresce a níveis muito superiores à inflação e o crescimento do produto interno bruto ficará muito aquém do crescimento dos nossos parceiros europeus.

O controlo do défice público deveu-se à receita proveniente das privatizações, à redução das taxas de juro ocorrida entre 1996 e 1999 e ainda às receitas extraordinárias decorrentes da atribuição dos telemóveis de terceira geração, levando-nos a concluir que o governo, a nível nacional, optou pelo caminho politicamente menos oneroso, só que insustentável a médio e longo prazo. Torna-se assim claro, aos olhos dos portugueses, que a política de facilidade vai ter que dar lugar a uma política de exigência e de sacrifícios.

É por força deste tipo de opções, de empurrar para a frente o que é difícil, que o nosso país está a perder tempo, prevendo-se que em 2000 e 2001 o crescimento do PIB tem se situado e se situa abaixo da média europeia em cerca de 0.5% pontos percentuais. Portugal não só não acerta o passo com os seus parceiros como ainda se encontra em crescimento divergente com a Europa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores também são Portugal e os reflexos das políticas nacionais, com maior ou menor diferimento, acabam sempre por nos atingir.

Vivemos numa economia incontornavelmente dependente da nacional, reagindo às suas oscilações e reflectindo os mesmos comportamentos.

Aliás, a situação de relativa expansão económica que se viveu nos Açores, nos últimos anos, decorreu fundamentalmente da evolução da economia nacional e europeia e teve muito mais a ver com o aumento do consumo decorrente do crédito bancário e do abaixamento das taxas de juro do que com as políticas sectoriais desenvolvidas no plano interno.

Nessa medida, e se nada for feito com vista a minimizar os efeitos de uma conjuntura nacional desfavorável, a economia açoriana, com mais ou menos diferimento, acabará sempre por reflectir o que se passa no resto do país.

Os sinais que nos chegam são preocupantes e merecem por isso ser tidos em conta.

A estagnação da produção leiteira e os reflexos dessa situação na indústria de lacticínios; a quebra de confiança no subsector da carne; as dificuldades por que passa a indústria do açúcar e do álcool; a falta de incentivos à cultura da beterraba; o encerramento da fábrica da chicória; a dificuldade das fábricas de tabaco em obter matéria prima regional; são exemplos de como o sector primário e as agro indústrias estão a atravessar um mau momento, talvez o pior momento da sua longa história.

Nas pescas a situação não é melhor.

Os pescadores estão com rendimentos muito baixos, os armadores enfrentam enormes dificuldades financeiras e algumas conserveiras, para além de serem sorvedouros de dinheiros públicos, estão a comprometer os nossos mercados externos.

Nos transportes assiste-se a um aumento excessivo (em alguns casos superior a 50%) das tarifas do transporte marítimo de mercadorias e à degradação do serviço para algumas ilhas, com reflexos muito negativos na competitividade das empresas e no poder de compra das famílias.

No transporte de passageiros os operadores apresentam prejuízos avultados, quer ao nível do transporte aéreo, quer ao nível do transporte marítimo, antevendo-se aumentos nos

respectivos tarifários ou em alternativa, com prejuízo para todos nós, a injeção de dinheiros públicos nas empresas que prestam esse serviço.

Refira-se, que as passagens aéreas para os EUA e Canadá praticadas pela empresas subsidiárias da SATA naqueles países apresentam nesta época aumentos de cerca de 20% relativamente ao ano anterior.

No turismo, felizmente, verifica-se um crescimento progressivo do sector, graças a um trabalho persistente e continuado de muitos anos, de vários governos e que este tem sabido levar por diante.

Convém, contudo, ter em conta que o turismo nunca pode substituir o sector primário, mas sim complementá-lo e que os Açores precisam de um sector primário e secundário forte que suporte um turismo crescente, consistente e de qualidade.

Em termos económicos, o crescimento dos Açores passa por uma aposta forte nos sectores exportadores, onde se inclui os produtos alimentares derivados dos nossos recursos naturais, nos sectores onde temos vantagens competitivas objectivas e no turismo, sem descuidar a formação profissional e a utilização de novas tecnologias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, a pequena dimensão territorial, a baixa diversificação da economia e a amplitude da aplicação do rendimento mínimo garantido, tendem a acentuar as consequências negativas das políticas nacionais.

Uma sociedade em que mais de 10% da sua população vive de políticas assistenciais, não contribuindo directamente para o produto regional, é uma sociedade com problemas estruturais graves.

É urgente aumentar as pensões de miséria com que vivem a esmagadora maioria dos nossos idosos...

Deputados José Manuel Bolieiro e Luís Medeiros (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e apoiar as crianças e as mães com dificuldades mas, ao mesmo tempo, deve-se obrigar a trabalhar quem tem condições e robustez física para o efeito.

Não queremos uma sociedade inerte, a viver cada vez mais subjugada ao poder político, exercido através do orçamento público.

Queremos uma sociedade livre e responsável, preocupada com o presente sem comprometer o futuro.

É necessário valorizar o trabalho como principal factor de dignificação do indivíduo e de desenvolvimento económico e social.

O desenvolvimento sustentado só pode ser alcançado através da valorização do trabalho, dos trabalhadores, da iniciativa privada e da promoção do investimento produtivo.

Na área económica, os poderes públicos devem limitar a sua acção à criação de condições infraestruturais e de enquadramento macroeconómico que proporcionem e estimulem o aparecimento de novas actividades e consolidem as já existentes.

Os Açores precisam de políticas económicas claras que deixem funcionar a economia privada, que garantam o pleno cumprimento das regras de livre concorrência, suportadas em serviços de fiscalização eficazes, para quem o próprio governo não pode ter tratamento de excepção.

É necessário criar novas oportunidades de negócio, dar prioridade às empresas e aos empresários, apostar na qualidade e na formação profissional, desburocratizar e motivar a administração regional, imprimir maior celeridade aos processos de decisão e mais transparência ao poder político.

É também, necessário continuar o processo de atenuação das nossas desvantagens permanentes com vista a incentivar as empresas e os empresários a investirem nos Açores.

A falta de oportunidades para jovens licenciados, que no ano passado culminou com uma grande quantidade de professores desempregados e outros em situação de subemprego, é outra situação que exige acção imediata por parte do poder executivo.

É necessário criar condições para fixar os nossos jovens na nossa terra.

Temos que saber manter na Região uma população que tem tudo para dar, na qual a sociedade investiu e que é hoje o principal factor crítico de sucesso de qualquer processo de desenvolvimento.

Só com empresários activos, trabalhadores qualificados e motivados e uma classe média ampla, bem formada e informada, poderemos alinhar com os nossos pares a nível europeu.

Um governo com visão futuro, que preze a estabilidade macro-económica e privilegie o desenvolvimento sustentado em desfavor do consumismo e do imediatismo, pode ser menos popular hoje, mas tem seguramente mais hipóteses de ficar na história. Portugal está a perder tempo. Os Açores não podem seguir o mesmo caminho. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais ninguém inscrito, e parecendo não haver pedidos de esclarecimento, vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia**, com a continuação da **Proposta de Resolução** sobre “**Constituição da Comissão Eventual sobre uma nova Assembleia para o novo século**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP apreciou e estudou esta proposta e, na sequência desta análise, formou algumas opiniões que eu procurarei apresentar, mas é óbvio que teve que somar a todo esse esforço de trabalho feito, a própria intervenção que o Sr. Deputado Dionísio Sousa fez ontem, sobre esta mesma proposta.

A primeira nota que queria fazer, diz respeito à relação entre a intervenção e a proposta.

A intervenção do Sr. Deputado Dionísio Sousa toca muitos problemas sentidos por muitos dos que aqui estão, problemas esses que eu pessoalmente, em visões, me identifico com eles. Também toca muitos assuntos de forma pertinente, mas penso que — e gostaria de pô-lo de forma expressa e clara — a intervenção não tem uma proporção directa com o conteúdo, o objectivo da proposta que está em questão.

É uma intervenção que contém aspectos muitos importantes sobre o parlamentarismo, a sua evolução, a sua situação e as suas eventuais saídas para o futuro, que é feita na apresentação e na defesa de uma proposta que, de facto, teria um conteúdo mais modesto, conteúdo esse que procura elencar um conjunto de medidas, no essencial, de divulgação daquilo que aqui é feito e não de transformação do que aqui é feito.

Portanto, quando a proposta com algum sentido de propaganda tem o título — desculpem-me a expressão — “pomposo” de “Nova Assembleia para o Novo Século”, tratando-se não de raciocinar sobre uma nova Assembleia, mas de raciocinar sobre novas maneiras de divulgar o que a Assembleia faz, na minha opinião, a intervenção do Sr. Deputado Dionísio Sousa, de facto, toca em aspectos de um parlamentarismo com um sentido mais profundo, ou seja, a intervenção do Sr. Deputado Dionísio, que tem mérito, seria uma intervenção perfeitamente adequada, porventura, para uma resolução que tivesse, além deste conteúdo, outro.

Portanto, não há esta relação directa entre a defesa feita, ou a apresentação feita e a resolução em si mesmo. É este o primeiro aspecto.

Segundo aspecto, que vem da observação e da análise que o Grupo Parlamentar do PCP fez e que mantemos, ainda antes da intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, tem a ver com a proposta em si.

Em relação àquilo que visa estudar uma elencagem de questões estamos totalmente de acordo. São assuntos que têm que ser estudados. Diria mais: alguns deles estão em curso.

Há notícias bastante recentes sobre o problema do Canal Parlamento, o que, aliás, começa a ser uma necessidade absolutamente óbvia, porque o serviço público de televisão está a boicotar a divulgação dos trabalhos da Assembleia Regional, porque ontem e hoje é isso que se nota. Portanto, é uma necessidade absolutamente óbvia para quem quer acompanhar os trabalhos desta Assembleia. Foi um autêntico boicote o que se passou no telejornal de hoje ao almoço e de ontem à noite. É um boicote, puro e simples, ao trabalho de todas as bancadas que aqui estão.

Feito este parêntesis, outros estão a ser praticados, tais como a questão da videoconferência e sei também que, porque foi dito na Conferência de Líderes e pela intervenção do Sr. Presidente, se está a estudar a possibilidade de aquisição desses equipamentos, incluindo preços e tudo o mais, etc..

Agora, nós temos uma comissão especializada permanente que é a dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho que, como se sabe, não são muitas as matérias que esta Assembleia tem que se pronunciar. Sobre trabalho não são muitas, dada as competências, de ambiente são mais algumas e, digamos, dos assuntos parlamentares era, de facto, a vocação principal desta Comissão que poderia muito bem ser objecto duma resolução de orientação, exactamente com este conteúdo e ter um prazo de um ano ou o tempo que se entendesse para se estudar este assunto. Portanto, iríamos ter exactamente o mesmo efeito de estudar e serem elaboradas propostas de medida para uma melhor divulgação dos trabalhos da Assembleia, para uma melhor aproximação da Assembleia para com a sociedade e desta para com a Assembleia, em que iríamos usar um instrumento permanente que esta Comissão tem.

Isto é um problema que tem aspectos práticos sérios. A proliferação de comissões com 11 membros — porque não estamos a falar em comissões de 7 ou de 9 — implica uma progressiva dificuldade de agendamento dos trabalhos das Comissões.

Eu posso dizer, por exemplo, que para a semana já tenho — e em Comissões que tenho grande interesse em participar — duas no mesmo dia. Podem-me dizer: se tivessem mais deputados não era assim. É verdade, mas começa a acontecer mesmo com deputados de partidos maiores, porque sendo aprovadas estas duas que estão em discussão, com mais a Comissão Eventual da reconstrução, já vamos em 7.

É natural que possa vir a surgir alguma outra por qualquer razão política de natureza extraordinária e estamos com as mesmas pessoas e podemos chegar à situação limite da Comissão dos Assuntos Parlamentares, com o mesmo elenco ou muito próximo, acabar uma reunião da Comissão dos Assuntos Parlamentares e começar uma reunião da Comissão Eventual para a Nova Assembleia para o Novo Século.

Portanto, penso que poderíamos simplificar isto, atribuindo à Comissão Especializada dos Assuntos Parlamentares a obrigação, com uma resolução de orientação que seria a seguinte: a Comissão receberia do plenário a orientação de estudar aqueles assuntos e pronunciar-se sobre eles e com um tempo que poderá ser de um ano ou outro se assim se entender.

Penso que esta era a solução mais racional que cumpria o objectivo do partido proponente, racionalizavam-se esforços das comissões e das assembleias e fazia com que o assunto não deixasse de ser visto com a profundidade que tem que ser visto. Estas são as questões principais relativamente a este assunto.

Agora, e apenas para terminar, queria frisar uma ideia que já aqui pus: estamos a estudar novas maneiras de divulgar o trabalho da Assembleia e de a aproximar da população e esta, por sua vez, da Assembleia, não estamos a estudar uma nova Assembleia.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas das questões que tinha para levantar já foram abordadas pelo Sr. Deputado José Decq Mota e ficam, desde já, subscritas na sua generalidade.

Da parte do PSD nós entendemos também que as matérias que esta Proposta de Resolução prevê para esta nova Comissão Eventual, grande maioria ou quase a totalidade delas, se já não estão a ser tratadas pela Mesa ou pela Comissão de Assuntos Parlamentares, poderiam perfeitamente sê-lo.

Portanto, não vemos razões objectivas para que se tenha de constituir uma nova Comissão Eventual. Aliás, o desafio que se põe aos parlamentares desta Assembleia como de todos os outros, face às novas tecnologias, aos novos sistemas de informação, à nova realidade política e social dos Açores, de Portugal e de todo o mundo, exigem uma permanente observação das melhores formas desses parlamentos estarem ligados ao povo, ligados a quem os elege e, portanto, terá que haver sempre alguém responsável, que no caso serão as mesas das Assembleias, mas também as suas comissões que se dedicam a estas tarefas e terão que estar sempre atentos às melhores formas de adequar a passagem da mensagem dos parlamentos para a opinião pública.

Por isso mesmo, ao criar-se uma Comissão Eventual ela tem um limite no tempo e o desafio que se põe aqui não tem limite, portanto, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, também por esta razão, faria todo o sentido que se debruçasse sobre estas questões.

Por outro lado e em relação ao preâmbulo da proposta, ele, na nossa opinião, não condiz exactamente com aquilo que se perspectiva no articulado da proposta, mas sobre esse aspecto o que interessa é a proposta em si, pois é essa que votamos e não o preâmbulo.

Também não votamos, felizmente, a apresentação da proposta, porque julgo que foi de algum modo infeliz e penso de que todas as bancadas deste parlamento e também outras entidades, pareceu-me que se sentiram incomodadas com a forma como foi apresentada esta Proposta de Resolução. Essas formas de apresentação dependem de quem as faz e tem toda a liberdade para as fazer e nós apenas podemos comentar e gostar, mais ou menos da forma como as coisas são feitas.

No entanto, depois de tudo isto, não invalida que se dê alguma oportunidade também a que esta Comissão Eventual possa estudar este assunto.

Não será pelo PSD que este Parlamento não será dignificado todos os dias. Aliás, temos vindo a fazê-lo, não só pelo trabalho, mas também pelas nossas posições públicas, estamos a fazê-lo e vamos continuar. Nesse sentido qualquer que seja a medida tomada para que isso continue e seja aprofundado, vai contar sempre com a nossa colaboração.

Pensamos que poderia eventualmente ser desnecessário a criação desta Comissão Eventual, mas não será por nós que se deixará de fazer este trabalho. Como já disse, se calhar, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, quando acabar a Comissão Eventual, terá que continuar este trabalho, porque este é um trabalho ininterrupto e não tem fim, no sentido de dignificar a Assembleia e de a pôr o mais próximo possível dos cidadãos que elegem quem os representa.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Pois é! Nós não temos uma nova Assembleia. Nós também não temos um século novo. Não, não temos um século novo. O Século XX e XXI é igual ao Século XIX e XVIII. Não temos. O adjectivo "novo" está para marcar uma intenção, está para marcar uma meta e está para marcar algo que se pretende de transformação. É apenas isso. A Assembleia será tão nova como o século é novo e fiquemos por aí. Quanto ao título estamos conversados.

Querem novas maneiras, querem novos pedacinhos, querem novas soluções, querem outra coisa qualquer? Não querem nada novo. São antigos, são a continuação. Queiram o que quiserem, agora o que nós temos é uma nova etapa, uma nova fase. É para isso que nós temos que apontar. O problema é ter as metas conscientes, claras, bem definidas, bem situadas, bem impressas na mente, na atitude, nos comportamentos, nos valores. É isso que interessa e a palavra "novo" significa apenas isso.

Se querem retirar o "novo" da Assembleia, retirem também o "novo" do Século e ponham a Assembleia do Século XXI ou do III Milénio, para o século do III Milénio e não ponham "novo" nem "velho", mas as duas coisas têm a mesma situação, o mesmo valor e são dois adjectivos que valem tanto um como o outro.

Tudo isto são coisas que se querem transformadas, são coisas que se querem localizadas doutra forma, usadas noutra processo e isso criará algo de novo. Nós quando plantamos uma semente, não é nada de novo, é uma semente igual às outras. Podemos falar da árvore ou falar da semente. Se querem falem da semente, eu prefiro falar da árvore, porque a árvore fixa o objectivo da semente, mas a todos interessa, quer a semente quer a árvore.

Quanto a apresentações infelizes, a coisas pomposas, não se trata de nada disso. Trata-se, efectivamente, de fixar objectivos. Isso é necessário e é útil. É isso que nós queremos marcar. Há uma diferença, há uma situação nova.

"Nova Assembleia", mas nós podemos repetir aquilo que está sendo feito. Podemos repetir exactamente aquilo que fizemos para o "Canal Parlamento" em que mandámos para a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e a Comissão vai andando, vai fazendo, etc., e depois chega ao fim com uma conclusão como a que nós temos aqui em relação ao "Canal Parlamento". Todos querem o "Canal Parlamento" desde que — e tenho aqui nos meus papéis, que são muitos — não seja excessivamente e não sei quantos... e depois vai à Mesa e a Mesa diz: "Bom, ainda não é

oportuno, portanto...” e isso volta outra vez a ser considerado. É esse ciclo vicioso que é necessário quebrar e quebramos com uma tentativa de um instrumento novo. Não há outro.

Eu não vou dizer como outros deputados. Não me atrevo a dizer isso.

São só 52 Deputados e cada comissão tem 11, mas mesmo que mudem de quarto ou apenas de hora, vão tratar de um assunto diferente.

Portanto, isto só interessa como objectivo, como meta. Interessa é separar bem as metas e as metas são o nome da comissão. Querem pôr noutra sítio, pois eu também pretendo pôr noutra sítio. O que tem que se pôr é a meta na preocupação das pessoas, mas não há muitas formas de fazer isso.

O Sr. Deputado José Decq Mota diz que são apenas novas maneiras. Então, imagine, Sr. Deputado Decq Mota, que queria uma nova Assembleia, diga o que é que propunha. Diga-me se realmente tem modos de me dizer qual é a nova Assembleia que queria e se tem medidas para essa nova Assembleia, porque se calhar eu vou logo atrás de si e não me sinto obrigado a ir à sua frente e não tenho problema nenhum em ir atrás de si ou de outro qualquer. É essa distinção que é preciso ser feita e devemos-nos situar em relação à experiência anterior.

Não pretendam fazer comparações. Eu só faço as comparações com o passado, que julgo necessárias para marcar a diferença. Foi isso que eu fiz na apresentação sem a preocupação de denegrir o passado, nem elogiar o futuro, nem dizer que o presente é que é o oásis. Não temos ilusões do oásis, mas há diferenças. Aceitemos essas diferenças para outra coisa que ainda queremos diferente. Parece-me que este é o caminho, quer queiramos quer não.

Então para que é também uma comissão para o estudo da leptospirose?

Deputado José Decq Mota (PCP): Não fomos nós que propusemos!

O Orador: Sim, mas existe uma proposta.

E porquê para a leptospirose? A leptospirose é, efectivamente, algo mais que..., mas não sei o que lhe hei-se chamar. Será como encontrar um novo caminho, novas maneiras para esta Assembleia chegar às pessoas. Isso também não pode ser feito no âmbito de uma outra comissão? Se calhar nem é preciso ser no âmbito doutra comissão.

Portanto, analisemos as coisas, dando a elas a importância que têm e distingamos, sobretudo, entre metas e medidas concretas.

É a primeira vez que aparece nesta Assembleia um elenco das medidas concretas que se propõe e ainda se faz um apelo para que as pessoas tenham outras melhores, outras mais completas. Pois, dêem esse contributo e aperfeiçoem estas. É esse espírito de abertura e de caminho, mas no sentido de sairmos daqui com uma coisa certa e segura.

O caminho é este e algumas medidas concretas são estas, agora façamos todos, esse caminho.

Eu suponho que é melhor fazê-lo numa comissão eventual, mesmo que seja o tal desdobramento — não se pode inventar e desmultiplicar pessoas — parece-nos, efectivamente, essa a melhor solução para tentar arrancar para uma outra coisa diferente, tendo em conta o que não resultou e não se fez no passado.

Eu não me vou adiantar mais, porque será sempre a apresentação infeliz, será sempre “não sei quantos”. Pois que seja, mas abstraiam-se da pessoa, abstraiam-se de qualquer outra circunstância e depois aceitem as coisas no sentido e na força que elas têm e na verdade que elas contêm e caminhemos todos em frente com esse objectivo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular não acha que seja importante, neste momento, desenvolvermos muito mais do que aquilo que está a ser colocado, porque também receamos criar expectativas que eventualmente até não beneficiem o objectivo final que está aqui em apreciação, mas gostaríamos de dar conta de dois ou três pontos de vista.

Primeiro, a iniciativa em si é positiva, tem um mérito inquestionável, sobre o nosso ponto de vista, de que é necessário que este Parlamento reflecta, crie condições para que se resolvam, pela positiva, algumas das questões que foram aqui elencadas.

Não temos qualquer dúvida, como já foi aqui referido nesta Assembleia, que grande parte dos exemplos da relação de matérias para análise e estudo podiam, naturalmente, caber no âmbito da

Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e não temos qualquer dúvida sobre isso.

Também, sobre o nosso ponto de vista, a solução podia ter sido encaminhada pelo aproveitamento de uma das comissões permanentes desta Casa, como também não vemos que venha nenhum mal ao mundo se for, como é proposto, por uma comissão eventual, tendo presente a pertinência de algumas observações já aqui apresentadas pelos oradores anteriores que me parecem também óbvias e que devem ser tidas em conta.

Há bocadinho o Sr. Deputado José Decq Mota enumerou sete comissões, mas tecnicamente são oito, porque temos que considerar a Comissão Permanente, sob o ponto de vista técnico.

Portanto, todos nós sabemos que há inconvenientes em exagerar e levar por diante a política de criação sistemática de comissões que também, como todos nós sabemos, não é difícil ter alguma imaginação e conceber nesta Casa uma dúzia ou mais de comissões. Esta é uma questão de bom senso.

Faço lembrar que há poucas horas na conferência de líderes parlamentares, por exemplo, esta matéria foi e muito bem abordada como matéria de reflexão, para não sermos nós próprios, na meta da valorização e diversificação do Parlamento começarmos por criar condições que no limite não dignificam o Parlamento, nem vão ao encontro da harmonia entre a capacidade de trabalho dos grupos e de cada um de nós e aquilo que nos é depois fixado por nós próprios.

Seja como for o bom senso, sob o nosso ponto de vista, é que deve prevalecer e desde já não é, para nós, condição de inviabilizar o avanço destas matérias, o ser por uma ou por outra via.

Do nosso ponto de vista era preferível aproveitar as comissões já existentes. Se o PS entender o contrário, muito bem, é uma forma de lá chegar.

Há todavia uma preocupação que eu queria aqui deixar.

Ao longo desta conversa nunca se falou na Mesa da Assembleia — e eu gostaria de incluir no debate, que me parece indispensável — que a maioria das matérias aqui elencadas não têm nada de novo sob o ponto de vista de preocupação, tem sim a urgência de serem efectivamente resolvidas, que para algumas delas não o foram. Agora elencadas todos nós sabemos que algumas delas já estão elencadas de longa data.

Na Legislatura anterior, que eu saiba, no âmbito das respectivas Mesas estas matérias, não só foram elencadas e em alguns casos foram de tal modo desenvolvidas que estão mesmo em vias de aplicação, nomeadamente no que toca à informática e a outras áreas que são bem mais complexas do que registar três telefones à Telecom com linha verde, azul e amarela, ou cor de rosa e vermelha, porque o amarelo representar-nos-ia a nós e, portanto, é uma questão de meter o vermelho, o rosa e também o laranja.

Portanto, a questão da requisição de linhas, com o devido respeito, parece-nos de resolução relativamente fácil. Agora, a questão informática, que nos tem preocupado a todos e, nomeadamente, os dirigentes desta Casa, essa sim, talvez sejam pequenas revoluções no nosso trabalhos parlamentar que bem precisamos e esta Assembleia bem merece, embora eu seja daqueles que tem limitações na utilização dessa novas tecnologias, mas até por essa via serão um apelo para que aqueles que são alérgicos a essa capacidade de utilização se esforcem para poderem tirar proveito dessas tecnologias.

Também não podia deixar de referir, e parece-me ser um acto de justiça, o próprio conteúdo de muitas das declarações do Sr. Presidente da actual Mesa e na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores que desde a primeira hora em que assumiu esse cargo público e institucionalmente, perante todos nós, tem dado um relevo sobre essas matérias que nos parece também, por um lado corresponder ao sentido da Assembleia e, por outro, também dar-nos a garantia de que é vontade inequívoca da actual Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, não só prosseguir o trabalho que as mesas anteriores fizeram, como criar as condições para que o Parlamento tenha outra dinâmica e outra concretização.

Portanto, parece-me — e digo isso num esforço de tentar repor alguns equilíbrios — que a iniciativa em si, conjugada com as vontades já expressas dos Grupos Parlamentares, desta Mesa e na sequência das anteriores, já estão criadas, de facto, as condições para se darem aqui alguns passos.

Na óptica do PP o que é preciso é passar das palavras à acção e estou certo, aliás, como estão aqui propostas também de análises de viabilidade financeira e outras, que esta própria comissão vai ter

necessidade de agir de forma articulada com outras comissões ou com outras instâncias desta Casa, nomeadamente com a própria Mesa da Assembleia.

Portanto, queria deixar aqui uma palavra positiva no sentido de que vamos, em conjunto, conseguir dar um contributo positivo.

Não me parece muito útil criar uma demasiada expectativa — e não vou comentar os títulos — que no exterior possam pensar que vamos entrar numa fase revolucionária dentro desta Casa e que depois a montanha venha a parir um rato.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mais um!

O Orador: A Sra. Secretária olhou logo para mim...

(Risos da Câmara)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já agora desratize a montanha!

O Orador: A nossa preocupação é que não haja aqui nenhuma relação entre montanha e bicharada. Pela nossa parte terá o nosso voto com os considerandos e as dúvidas que também aqui expressámos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa terminou a sua intervenção referindo-se aos deputados que intervieram antes, dizendo: "abstraíam-se da pessoa".

Quero dizer que não me abstraio da pessoa, exactamente porque a pessoa merece a maior consideração e o maior respeito e, portanto o que disse, o que digo e o que vou dizer destina-se a toda a Assembleia e em especial à sua pessoa.

Depois, desafiou-me a fazer propostas para uma nova Assembleia. Eu devo dizer que não as tenho, mas não propus uma Proposta de Resolução chamada de "Nova Assembleia" e, portanto, não tenho que lhe dar essas propostas.

Eu não duvido que nós dois em conjunto ou isoladamente somos capazes de imaginar propostas para uma Nova Assembleia, não duvido disse. Agora, não é o que está efectivamente nesta Proposta de Resolução que nos é presente.

Se eu fosse proponente, e não me importava nada de o ser, designar-lhe-ia, por "Uma Nova Divulgação da Assembleia no Novo Século", porque há aqui um problema do domínio e a definição do domínio não é indiferente. Com a definição de um domínio claro, dum domínio total para um objectivo dum sub-domínio bem parcial, estamos aqui a incorrer numa incongruência grave.

Depois, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa na sua intervenção põe em contraponto, ou isto ou nada. Então vamos continuar na mesma, mas há uma outra solução, que não é habitual, que é a resolução de orientação. Não é habitual este plenário dar orientações precisas, rigorosas e com matérias devidamente explícitas às suas Comissões Permanentes.

Poderia ter sido esta a solução e, portanto, não estamos perante esta alternativa de rotina. Não, estaríamos neste momento a discutir e eventualmente a votar uma resolução de orientação para a Comissão dos Assuntos Parlamentares. Seria esta a alternativa. Agora, eu não quero eternizar este debate nem quero radicalizá-lo.

Postas as questões assim, queria dizer que não vamos ser nós que vamos inviabilizar esta proposta ou que nos vamos afastar dela.

Eu, como deputado da Comissão dos Assuntos Parlamentares e dentro da nossa pequenez, serei certamente o deputado da Comissão Eventual para a "Nova Assembleia para o Novo Século" e não me importarei nada de despir uma T-shirt e vestir outra, porventura no mesmo dia, para continuar a tratar dos mesmos assuntos, mas é pena que não tivéssemos raciocinado e que tivéssemos procurado privilegiar a imagem ao conteúdo. É aqui que bate o ponto em termos políticos, porque o vosso título e a sua intervenção de ontem, procuram criar a ideia que se vai mexer numa matéria duma maneira que não vai acontecer.

Se tivéssemos estabelecido a relação exactamente rigorosa do que vamos fazer, entre o que ali está e o que se pretende, tínhamos encontrado a solução adequada.

Nós vamos viabilizar, vamos votar a favor, mas gostaríamos que ficasse claro que era muito mais racional, que era muito mais rigoroso, se o problema tivesse sido posto da forma mais rigorosa possível.

Era apenas isto que queria dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução que constitui a Comissão Eventual para uma "Nova Assembleia para o Novo Século", mantenham-se, por favor, como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução, "Constituição da Comissão Eventual para uma "Nova Assembleia para o Novo Século", foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora os 2º ponto da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução** sobre a "Constituição da Comissão Eventual para a Revisão do Sistema Eleitoral da Região".

Para a apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta esta Proposta de Resolução para a constituição duma Comissão Eventual para a "Revisão do Sistema Eleitoral" com inteira consciência de que este não é o procedimento comum para se proceder a uma revisão do sistema eleitoral e, por conseguinte, para se proceder a uma revisão do Estatuto Político-Administrativo.

O nosso Regimento, nomeadamente nos seus artigos 171º. e seguintes, estabelece um determinado procedimento que, e para aquilo que releva nesta discussão, faz desencadear todo o processo, a partir do momento em que existe uma proposta concreta.

O Partido Socialista entende que, tendo presente a vontade manifestada por todos os partidos, no sentido de se fazer um esforço para a revisão do sistema eleitoral, a metodologia que está fixada no Regimento da Assembleia, à partida, poderia não facilitar o alcance dos consensos necessários para que essa revisão se efectivasse.

Assim sendo, colocamos todo o esforço de consensualização em todas as matérias que dizem respeito a acharmos uma solução do agrado, não de todos provavelmente, mas de qualquer das formas uma solução que reúna os consensos necessários para que se efective, propomos essa solução em que se centra no período anterior ao aparecimento duma proposta concreta, este esforço de consensualização, mas não só.

Na verdade, entendemos que este caminho não começa com a busca da solução concreta, este caminho deve começar, em nosso entender, e segundo a nossa proposta, pela análise e pelo diagnóstico de tudo aquilo que está mal no nosso sistema eleitoral, ou melhor, de todos os aspectos cujo melhoramento seja importante no nosso sistema eleitoral.

Existem aspectos que são reconhecidos por todos e que são dados como assentes, que são necessários modificar, que é necessário melhorar, muito embora aí possam existir perspectivas diferentes. No entanto, esta ocasião de revisão do sistema eleitoral deve ser aproveitada para, na globalidade desse mesmo sistema, pensarmos aquilo que é necessário modificar.

É assim que a Comissão elege como seu primeiro objectivo, segundo a nossa proposta, a análise do nosso actual sistema, tendo em vista a identificação das questões cujo aperfeiçoamento se mostre necessário ou útil. Conforme certamente compreendem a utilidade é no sentido de ele cumprir mais cabalmente os seus objectivos.

O facto de começarmos por aqui, no nosso entender, terá outra grande vantagem.

O facto dos partidos, em comum, poderem fazer o trabalho de análise do sistema eleitoral, permitirá, à partida, o esclarecimento de muitas dúvidas e a possibilidade de cada um dos partidos irem acompanhando mutuamente o raciocínio que cada um vai desenvolvendo para se chegar a uma determinada solução. Isso permitirá, em nosso entender, uma maior possibilidade de busca de consensos.

Em segundo lugar, e ainda como objecto desta Comissão, está a determinação de todas as soluções possíveis, não só para aqueles problemas que são considerados como unanimemente aceites, passíveis de revisão, mas igualmente todas as soluções possíveis para todas as questões que se levantem na concretização do objectivo fixado anteriormente. Aí, certamente haverá oportunidade de se salientar mais um critério de fundamentação técnica, chamemos-lhe assim, em relação ao tratamento daquelas matérias, do que propriamente um juízo político. O juízo político surge com

todo o vigor no terceiro objectivo da comissão e que é precisamente de, concluídos os outros objectivos anteriores, a comissão, enquanto tal, determinar se está ela própria ou não, em condições de apresentar uma proposta concreta.

Temos perfeita consciência de que a Comissão, enquanto tal, não tem legitimidade para apresentar uma proposta concreta, mas penso que o mais difícil nesta matéria será aparecer a proposta, porque em termos de arranjar quem tenha legitimidade para apresentar, penso que será mais fácil. Se a Comissão entender que está em condições, por todo o trabalho que realizou, de apresentar uma proposta concreta deve formulá-la.

Se as coisas correrem todas como se espera, desencadear-se-á o procedimento que então está fixado no estatuto, será mais fácil e decorrerá de forma muito mais rápida.

No entanto, a perspectiva e metodologia que é proposta pelo Partido Socialista para esta matéria, não se fica apenas pela definição daqueles que devem ser os seus objectivos últimos, fixam-se também determinados objectivos operacionais.

O facto desta ser uma matéria que é de toda a conveniência que decorra de forma aberta em que a sociedade, dita civil, possa também ser chamada a participar, a tomar consciência das dificuldades que existem na busca de soluções, a ser parte na busca dessas mesmas soluções, é uma preocupação que a Comissão deve ter.

É, em suma, um objectivo operacional que deve enformar a actuação desta Comissão, mas não só.

O pedido de contributos técnicos, a entidades públicas ou privadas, de reconhecida idoneidade parece-nos, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que poderá valorizar em muito o trabalho desta Comissão, pelas perspectivas que poderá apresentar, pelas questões que poderá levantar, mas sobretudo pelas soluções que poderá trazer a esta mesma discussão.

Sobre a distinção entre os últimos dois pontos que consistem nos seus objectivos operacionais, a Comissão deve decidir se pede ou não contributos técnicos, mas também deve ela própria, aceitar os contributos que surjam de entidades públicas ou privadas que possam ter interesse nessa discussão.

Esta é uma discussão que deve estar centrada no Parlamento. Parece-nos que é indiscutível. Esta é uma discussão que deve ser impulsionada pelos partidos políticos. Também nos parece indiscutível.

Agora, não devem ser os partidos políticos os únicos protagonistas desta reforma, os únicos protagonistas desta revisão, daí o facto de avançarmos com estas propostas de objectivos operacionais.

Eu quero realçar um aspecto que me parece sobremaneira importante, nomeadamente por aquilo que tem de diferente.

Repito: este não é o procedimento habitual, no entanto, o facto de avançarmos com ele, traduz o entendimento de que assim será mais fácil termos maior possibilidade de alcançar um consenso importante e necessário para esta reforma.

Eu recorria, se me permite, Sr. Deputado Decq Mota, a uma expressão que foi utilizada na rádio e que permite de certa forma aquilo que se pretende com essa Comissão e essa diferente metodologia. Dizia o Sr. Deputado Decq Mota a este propósito que, e estou a citar de cor, a melhor forma de fazer abortar este processo é cada partido avançar já com a sua proposta concreta. E, realmente o entendimento é este: é mais fácil chegar a acordo antes, se se apresentar uma proposta concreta. A nossa metodologia visa salvaguardar esse aspecto.

Está, como é óbvio, à vossa apreciação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional do Ambiente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Srs. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nós estamos de acordo que é necessário e importante todos procurarmos pensar com seriedade sobre o nosso actual sistema eleitoral e o modo como podemos melhorá-lo, porque, no fundo, aquilo que desde há muitos anos se fala, entre todos os deputados, é na necessidade de melhorar este sistema eleitoral.

Como reconhece o Sr. Deputado proponente, não é um tratamento habitual apresentar desta maneira aquilo que poderá vir a ser a revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo, porque nós

entendemos que para esta Região é importante que o sistema eleitoral regional continue a fazer parte do próprio Estatuto Político-Administrativo, porque enquanto não estiver no nosso Estatuto Político-Administrativo, ele terá obrigatoriamente de passar por aqui com direito a pronunciamento. Se ele sair do Estatuto Político-Administrativo pode apenas passar aqui para consulta e nós aí nunca estaríamos de acordo, porque pensamos que nestas coisas temos que manter determinadas características que são definidoras da nossa autonomia.

Por outro lado, este assunto, em nosso entender, tem que ser tratado com o diálogo entre todas as forças políticas.

Também consideramos que a formação desta comissão poderá contribuir para o aprofundamento do diálogo, porque como no passado estas matéria mereceram um consenso amplo deste Parlamento, eu penso que neste momento continua a ser necessário, em relação a estas matérias, haver uma procura de entendimento entre todos, para que os 52 que representam todo o povo desta Região, possam considerar que aquilo que sair daqui seja de todos os açorianos, tenha a participação de todos nós. Portanto, nós consideramos que esta matéria é uma matéria que seria benéfica para a Região Autónoma dos Açores se fosse consensual.

Por outro lado, é evidente que terá que haver, em nosso entender, algumas balizas. Neste momento, não avanço com qualquer proposta, mas também no nosso espírito estarão algumas balizas e pelo menos no meu espírito está a baliza duma aproximação maior à proporcionalidade, estará uma baliza que é necessário saber que somos constituídos por 9 ilhas e que isso também tem que ter algum reflexo no sistema eleitoral, mas também a própria dimensão desta Assembleia é uma matéria que nos tem que preocupar.

Por tudo isto, corrigir e melhorar o sistema eleitoral, penso que é preocupação de todos os que aqui estão e por isso mesmo a Comissão poderá dar um contributo útil nesse sentido, mas para isso é preciso um diálogo profundo e é preciso um trabalho árduo daquelas pessoas a quem estiver acometida esta tarefa.

Estamos de acordo que possa ser chamada a sociedade civil, porque tudo aquilo que for útil para estas matérias também é importante, embora muitas vezes estes contributos não sejam aqueles em que possa haver expectativa, mas de qualquer modo estamos de acordo com a necessidade e a importância que podem ter contributos técnicos.

Por isso mesmo nós pensamos que vale a pena, mais uma vez, esta Assembleia estudar esta matéria. Vale a pena, mais uma vez, esta Assembleia fazer um esforço no sentido de melhorar aquilo que todos reconhecemos que também ainda pode ser melhorado.

Por tudo isto vamos dar o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Reformar o sistema eleitoral é uma questão, hoje, tão emergente quanto consensual.

Ela é, desde logo, mais emergente porque, sem pôr em causa a legitimidade democrática dos eleitos, quer nesta legislatura, quer nas anteriores, resultou de situações difíceis de se resolver, caso o sistema eleitoral que o permite, tivesse efectivamente acontecido, designadamente um sistema que possa correr o risco de fazer com que um partido com menos votos possa, todavia e apesar disso, ter mais mandatos, assim sofre de alguma distorção que não pode ser aceitável e que não pode também deixar de estimular para corrigir o que neste sentido esteja mal.

Aproximar o sistema eleitoral da proporcionalidade da representação é essencial.

O PSD é um partido naturalmente reformista e reformar o sistema eleitoral faz parte da sua própria índole reformista. Melhorar e trazer verdade ao nosso sistema eleitoral, à vontade popular quando expressa em mandatos na Assembleia Legislativa Regional dos Açores e não creio que, nessa matéria, o PSD traga alguma discórdia.

O PSD tem também outra preocupação e outra visão que não é uma proposta redutora ou que levante qualquer dificuldade de consenso e de aproximação de posições.

É óbvio que a nossa realidade geográfica também faz parte da nossa concepção política e eleitoral para que o povo açoriano esteja representado e se reveja nesta Casa. Por isso a realidade de ilha não pode ficar esquecida.

Obviamente que, mesmo que não se consiga — e admitamos que até para conjugar dois planos, não é fácil o princípio puro da proporcionalidade — é verdade que a aproximação desta proporcionalidade é essencial para a verdade eleitoral.

Estes são os principais objectivos do Partido Social Democrata.

Estes são os objectivos aqui expressos na Proposta de Resolução e, portanto, não traz novidades.

Traz, porém, uma novidade e ela não é, por sinal, a mais correcta, aliás, assumida pelo Deputado Vasco Cordeiro. Não é regimental, não é habitual, mas “não tomemos a núvem por Juno”. O essencial não é o procedimento, o essencial é o objectivo e se o objectivo é aproximarmos todos de uma solução que permita efectivamente reformar o sistema eleitoral, ainda nesta Legislatura e preferencialmente até meio dela, então desvalorizemos o acessório, isto é, desvalorizemos o procedimento que, não sendo rigoroso em termos regimentais, tem os objectivos que são essenciais e pelos vistos comuns a todos nós e também ao eleitor açoriano, ao cidadão dos Açores.

Nesta óptica o Partido Social Democrata votará favoravelmente esta proposta de “criação de comissão para a revisão do sistema eleitoral da Região”.

O que é preciso agora é que todos estejamos de boa fé e possamos cumprir o mandato que também o eleitor nos dá. Aproximar o eleito do eleitor e trazer à representação popular no Parlamento a verdade do mandato popular.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular acha oportuno e vai dar o seu voto favorável à criação desta comissão de estudo, digamos assim.

Trata-se de uma matéria que pela sensibilidade, pelo melindre que envolve, naturalmente o melhor período para a sua apreciação, para a sua análise, para conduzir uma reflexão mais serena sobre estes conteúdos, é, de facto, o início duma legislatura e sobre esse ponto de vista consideramos que há oportunidade no arranque dessa reflexão.

Por experiências do passado, e é bom dizer que o Parlamento Regional já foi capaz de encetar correcções — que me lembre, por duas vezes — ao sistema eleitoral estabelecido em 1976, mas o facto é que desde a última alteração, até ao presente, tem-se avolumado as vozes e as dúvidas dos partidos, dos políticos, dos observadores, sobre as lacunas do actual sistema eleitoral que também contém, obviamente, os seus méritos.

Por conseguinte entendemos que a metodologia da reflexão a estas questões pode ser importante, porque no passado a experiência aponta que em sede de revisão do estatuto não foi fácil conseguir os consensos mínimos necessários para avançar nestes domínios.

É óbvio que o êxito deste trabalho pressupõe um diálogo muito aberto e profícuo entre as forças políticas regionais. O preâmbulo da proposta deixa claro que o Parlamento deve ser o centro dessa reflexão.

A possibilidade que é aqui dada com ênfase à sociedade civil em geral, (instituições e cidadãos), de se poder pronunciar, é óbvio que não há nada a recear dessa abertura, oxalá que haja uma correspondência séria, porque também ao longo destes anos temos lido e ouvido muitas barbaridades sobre o sistema eleitoral.

Fazemos votos para que as melhores cabeças dos Açores se mobilizem para um contributo sério sobre essa matéria e não sejam apenas os atrevidos, mas sobretudo aqueles que sabem, estudam, conhecem e que ao longo dos anos se têm preocupado com estas matérias, também aqueles que às vezes, por sistema, utilizam a comunicação social ao serviço de interesses e causas específicas e se libertem desse papel de elementos de pressão a favor de interesses muito específicos e que as colaborações que venham a surgir sejam espontâneas, livres e despressionadas, por forma a que os partidos políticos que eu diria que, esses sim, serão os grandes protagonistas do processo, mas não nos vamos pegar pelas palavras. Acho que protagonistas são alguns, deputados e mais nenhuns.

Contributos, venham eles de onde vieram, serão certamente muito bem-vindos.

Portanto, a nossa concordância, o nosso voto favorável e o nosso desejo sincero é de que se consiga, no termo desses trabalhos, algo que seja útil para a democracia dos Açores e para a melhoria e o aperfeiçoamento da nossa autonomia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional: Apenas para precisar aqui um ou dois aspectos que a intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro deixou no ar e que me parece sobremaneira importante, pelo menos da nossa parte, ficar bem claro.

Se me permite foi V. Exa. que “tomou a núvem por Juno” e na seguinte perspectiva: nós não estamos aqui, neste momento, a discutir se deve ser a proporcionalidade a questão da representatividade das ilhas.

Tudo isso são aspectos, sobre os quais nós temos a nossa opinião muito concreta, muito definida e, aliás, a posição pública do Partido Socialista sobre uma dessas matérias, foi abdicar de apresentar uma proposta concreta de revisão eleitoral, exactamente na perspectiva de apresentá-la e dizermos: nós entendemos isto, seria, à partida, criar dificuldades ao consenso.

Isto para dizer o quê?

Isto para dizer que, sem prejuízo da comunhão, com algumas preocupações que V. Exa. manifestou, nós estamos a discutir aqui qual o procedimento e qual a metodologia que se deve seguir para tentar resolver esta questão. A precisão que eu queria fazer é que isto não é uma questão de pormenor, não é apenas uma questão de procedimento. Nós estamos plenamente conscientes de que este não é o procedimento habitual, mas também estamos plenamente conscientes de que este procedimento é permitido pelo Regimento. Se o Regimento à partida não permitisse este tipo de metodologia, tê-lo-ia previsto. É apenas para salientar este aspecto.

Esta questão da metodologia não é para nós uma questão de pormenor e não o é por um motivo muito simples, porque entendemos que aqui poderá residir grande parte, não a exclusividade, mas grande parte da dose, de ingredientes necessários, para que esta seja uma tarefa concluída com êxito. Apenas para precisar este aspecto.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução que “Cria uma Comissão Eventual para a Revisão do Sistema Eleitoral da Região”, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos constituído pela **Proposta de Resolução** sobre “**Estudo da Leptospirose**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O problema da leptospirose já foi referido durante os nossos trabalhos e sobre ele houve abundantes comentários. Hoje, é reconhecida como uma matéria que merece e deve merecer um trabalho aprofundado e uma preocupação de toda a sociedade.

É uma doença que, infelizmente, já vitimou pessoas na Região Autónoma dos Açores.

É uma doença que hoje, não temos dúvida nenhuma, existe em muitas ilhas e com grande probabilidade de existir em todas elas.

É uma doença que todos reconhecem ser de fácil contaminação. Embora muitos a atribuam à contaminação através da urina e de outros tecidos do rato, hoje é conhecido que ela pode ser transmitida por outras espécies animais, inclusivamente as de pecuária e as de companhia, e pode ser transmitida ao homem através da própria água ou dos próprios alimentos.

Por isso, é uma matéria onde terá que haver uma sensibilização de toda a sociedade, no sentido de combatê-la eficazmente e de aprofundá-la.

Por outro lado, fala-se cada vez mais na desratização. Aliás, o Sr. Secretário Regional responsável pela matéria afirmou, no decurso dos nossos trabalhos, que iriam ser feitas desratizações em várias ilhas e esperemos em todas as ilhas.

No entanto, o problema, em nosso entender, não passa apenas pelas desratizações, pelo matar os ratos, mas efectivamente fazê-lo com pormenores técnicos que são importantes e fundamentais para a sua eficácia e para que não se criem problemas de desequilíbrios que também podem ser criados em relação a esta problemática.

Nos últimos tempos, têm existido algumas lacunas no que diz respeito ao modo como a Assembleia Regional tem seguido esta matéria.

Na última Legislatura a matéria foi tratada, se a memória não me falha, num processo de urgência e na Legislatura anterior, também tinha sido tratada numa intervenção de um deputado e debatida no plenário.

No entanto, julgamos ser possível fazer um pouco mais e a própria Comissão com responsabilidades nesta área tem a possibilidade de, nos próximos 3 meses, dedicar-se um pouco mais profundamente a esta matéria, ouvindo pessoas ligadas ao assunto, ou com opiniões sobre o mesmo, concretamente técnicos, responsáveis políticos e até cidadãos que já tenham mostrado conhecimentos sobre esta matéria.

Pensamos que a Assembleia poderá aprofundar um pouco, como lhe compete, este assunto e, em nosso entender, a comissão específica para abordar e aprofundar este assunto, é a Comissão dos Assuntos Sociais, comissão esta que no passado já fez isto relativamente a muitos outros assuntos e com trabalhos altamente positivos, significativos e que, inclusivamente, deram frutos à nossa sociedade.

Por isso mesmo, a nossa proposta é tão somente que nos próximos 3 meses a Comissão dos Assuntos Sociais tenha em cima da sua mesa de trabalhos esta problemática, que a procure aprofundar, trabalhar e, ao fim destes 3 meses, possa apresentar a este plenário um relatório circunstanciado, um relatório aprofundado sobre esta problemática.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é apenas para dar conta da posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que entende que esta Proposta de Resolução, apresentada pelo PCP, faz sentido e tem cabimento no quadro da situação que se vive da leptospirose.

De facto, concordamos que é necessário formar uma equipa de trabalho, nomeadamente composta por técnicos que percebam do assunto e que possam, através do seu parecer, contribuir para um combate mais eficaz a esta situação que nos preocupa a todos.

Neste sentido, o voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, será favorável.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar à votação da Proposta de Resolução sobre “Estudo da Leptospirose”.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer um intervalo de 15 minutos.

Presidente: Está concedido.

Ao abrigo das disposições regimentais, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 16 horas e 35 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 55 minutos)

Vamos passar ao ponto nº 4 da nossa ordem do dia, ou seja, à **Proposta de Resolução — “Medidas de Combate à Leptospirose”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Sem se querer fazer qualquer dramatismo, os Açores vivem uma situação para a saúde pública que consideramos preocupante.

Não existirão muitos açorianos indiferentes à proliferação de ratos que abundam nas nossas ilhas e às consequências já havidas e que daí advêm para a saúde pública, para a economia ao nível da agricultura e do turismo, e para a higiene e salubridade do território dos Açores.

Mas é no âmbito da saúde pública e no perigo de contracção da doença da leptospirose, vulgarmente conhecida por “doença dos ratos”, que incide a maior preocupação e gravidade, dado que é uma doença que não sendo devida e atempadamente diagnosticada e tratada, pode levar o paciente à morte, como tem, lamentavelmente, acontecido.

De há anos a esta parte, mais concretamente, entre os anos de 1994 e 2000, foram verificadas 82 notificações da doença, valor que fica aquém da realidade, não obstante ser uma doença de notificação obrigatória, de acordo com as opiniões, publicamente expressas, de responsáveis de unidades de saúde, médicos e estudiosos da matéria.

Só nesses anos foram registados pelos serviços da Direcção Regional de Saúde, 7 óbitos e no presente ano de 2001, uma morte já se verificou, sabendo-se, contudo, que foram superiores os casos de óbitos causados pela doença, de acordo com fontes officiosas fidedignas.

De acordo com um artigo de natureza técnica, da autoria de investigadores do Observatório Nacional de Saúde, intitulado “Leptospirose em Portugal: a situação epidemiológica recente”, lê-se, o seguinte, “A análise dos dados D.D.O. (doenças de declaração obrigatória) mostrou a existência de importantes diferenças da incidência entre várias regiões do País.(...) Assim, a Região Autónoma dos Açores teve taxas brutas de incidência muito mais elevadas que todas as restantes regiões, em todos os anos do período 1991-1997”, para mais à frente o citado artigo referir quanto à mortalidade média anual por leptospirose, ser considerada a nossa Região, como a de mais elevado valor.

Noutro documento técnico, elaborado em forma de relatório/resumo do Seminário sobre a temática “Os mamíferos como factores de risco na saúde pública e na produção animal”, realizado em Setembro de 1998, nos Açores, e no que se refere, em particular, aos roedores, foram verificadas e confirmadas as situações de perigosidade na dispersão e transmissão ao homem deste tipo de doença.

Face a esta realidade, que tem vindo a agravar-se, face às posições das autarquias locais com limitações técnicas e orçamentais, que desde 1998 reclamam por uma campanha de desratização nos seus concelhos e freguesias numa forma coordenada e abrangente, face ao apelo das associações de lavradores, profissionais estes potencialmente expostos à contracção da doença e os mais atingidos por esta e por casos de óbito, face à crescente população de ratos por todas as ilhas, que amedrontam as pessoas e prejudicam a todos os níveis as nossas populações e a facilidade com que se pode ficar contaminado pela bactéria, a leptospira, em face de tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD entende apresentar, no Parlamento, a presente Proposta de Resolução, recomendando que o Governo Regional assumira as suas responsabilidades na coordenação e cofinanciamento numa eficaz desratização em todas as ilhas, dando prioridade às ilhas em que a situação for mais grave, em articulação e colaboração com as autarquias locais, promovendo esse projecto com a maior urgência possível e solicitando o envolvimento das populações, que devem ser agentes activos nesta acção, informando-as primeiro, com a colaboração da comunicação social, quanto aos perigos no contacto com os ratos, quanto à prevenção da doença, bem como, no processo de desratização que deve também fazer nas suas propriedades, com o apoio indispensável das entidades públicas.

O Grupo Parlamentar do PSD entende ainda recomendar, que o Governo Regional com a cooperação das autarquias e das populações, após a campanha de desratização, crie condições para um continuado combate sistemático aos ratos, dado que, está provado, que a interrupção há 3 anos do serviço permanente de apoio à desratização, contribuiu para se chegar a esta situação.

Sendo certo que a política e os poderes políticos existem para servir os interesses colectivos das populações e do seu desenvolvimento, sendo certo que a Assembleia Legislativa Regional e o Governo têm presentes a sua missão primeira de servir os açorianos, é convicção do PSD e do seu Grupo Parlamentar que estas recomendações da presente Proposta de Resolução sejam aprovadas e empenhadamente assumidas pelo Governo Regional, para bem da saúde pública nas nossas ilhas e de todos nós.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção visa apenas dar conta do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre esta Proposta de Resolução que nos foi aqui apresentada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com o que está previsto nesta proposta, nos pontos 1, 2 e 3, uma vez que se referem a medidas que estão neste momento a ser aplicadas pelo Governo Regional.

No que concerne ao ponto 4º, julgamos que fosse correcta a sua eliminação, uma vez que vem de encontro ao que há pouco consideramos como certo na proposta do PCP.

Permitam-me referir aqui que o Director do Hospital de Angra do Heroísmo — que prestou recentemente declarações, porque na semana passada entraram nos serviços daquele hospital 3 doentes com sintomas de leptospirose e que estão prestes a ter alta — diz que: “Estes casos demonstram que os alertas lançados à população açoriana estão a ter efeito. Aos primeiros sinais que por vezes se confundem com uma gripe vulgar, as pessoas contactam de imediato os serviços médicos”. Isto é sinal de que esta campanha está a ter algum efeito.

Quanto ao ponto nº 5, propomos a sua alteração na medida em que segundo a proposta de Resolução do PSD, seria totalmente financiado pelo Governo. Nós propomos que haja um cofinanciamento entre o Governo e as autarquias.

Pensamos que isto faz sentido, uma vez que ainda ontem o Presidente da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel dizia que houve um entendimento entre ele e a tutela, no sentido de se prestar este cofinanciamento por ambas as partes.

Sendo assim, a nossa proposta de alteração ao ponto 5 desta Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, seria de assumir a coordenação de uma extensa campanha de desratização, a promover em todas as ilhas, com prioridade para aquelas em que a situação for considerada mais grave, num projecto cofinanciado e articulado com as autarquias locais e retomando o apoio às populações no desenvolvimento de acções continuadas no combate sistemático aos ratos.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para assinalar um primeiro aspecto. A discussão desta questão que tem importância e gravidade e aquilo que irá ser decidido sobre isso, configura uma forma múltipla de intervenção da Assembleia.

A proposta que apresentámos e que foi aprovada antes, foi uma orientação a uma comissão para tratar de um assunto específico. Esta trata de uma recomendação ao Governo para desenvolvimento de acções nessa matéria e dentro das competências que cabem ao Governo.

Queria apenas fazer uma pequena chamada de atenção. Em todas estas acções, nomeadamente nas campanhas de desratização, se é verdade que se tem que contar com os proprietários, com os particulares, é bem verdade que sem eles não é possível fazer-se uma campanha de desratização como deve ser. É preciso também não esquecer que há vastas áreas no domínio público, na Região, algumas das quais muito capacitadas para fornecimento de alimentação a ratos e que se campanha nessas extensas áreas não é também orientada — neste caso tem que ser pelos serviços públicos — e desenvolvida, está a retirar a eficácia a tudo o que possa ser feito nas áreas particulares.

Era apenas para registar esta chamada de atenção que torna absolutamente imperioso aqui uma articulação entre o sector privado, entre os co-proprietários e as áreas que estão sob gestão pública. Se não for feito aí, não resultará nenhuma campanha.

De resto, queria apenas congratular-me com o facto desta Assembleia — tudo o indica, para mais com uma alteração à proposta inicial subscrita pelos dois maiores partidos — sair-se bem deste desafio, porque tomou medidas eficazes.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas duas ou três palavras, por um lado, para manifestar o meu apoio ao conteúdo desta intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota. Concordo inteiramente com esta posição e com esta preocupação, é uma preocupação constante, pela nossa parte.

Também gostaria de dizer que, no que se refere à intervenção feita pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso, esta proposta de alteração é conjunta. Como tal, estava assim entendida e na apresentação

da mesma já tive a preocupação de mencionar que seria um co-financiamento por parte do Governo Regional.

Assim sendo, estamos em condições para se levar por diante esta tarefa. É uma tarefa importante. De facto, esta Assembleia tem que estar associada a este projecto. É um projecto que vai de encontro a uma ansiedade muito forte das populações, a uma necessidade muito forte das mesmas e da nossa Região.

Para complementar, gostaria de dizer que ainda há pouco tive conhecimento que só nesta última semana, já passaram pelo Hospital de Angra 3 casos. Um mantém-se na Unidade dos Cuidados Intensivos, os outros dois já têm alta para o Serviço de Medicina.

Portanto, julgo que importa, com urgência, que estas recomendações feitas agora ao Governo, sejam levadas a efeito.

Em cooperação com as Câmaras Municipais poderão, de facto, ultrapassar esta dificuldade grave e que é, efectivamente, um momento de preocupação para a saúde pública.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos votar.

Desta feita, porém, chamo a atenção que a votação terá que ser diferente uma vez que existe uma proposta de alteração e uma de eliminação. Temos que fazer uma votação na generalidade da admissão do processo e depois, na especialidade, em relação aos dois artigos, um para uma proposta de eliminação para o nº 5 e finalmente a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução — “Medidas de Combate à Leptospirose”, na generalidade, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação na especialidade, apenas dos pontos onde existem propostas de alteração.

Está à discussão o nº 4 onde se propõe a eliminação deste ponto.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação para o nº 4, foi aprovada por unanimidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação para o nº 4, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para a proposta de alteração do ponto nº 5.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o nº 5, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Finalmente, vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução sobre “Medidas de Combate à Leptospirose”, foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Passemos ao ponto nº 5 da nossa ordem de trabalhos — “Eleição do representante da Região no Conselho Económico Social, no conselho de Opinião da RTP e no Conselho Nacional de Educação”.

Os serviços vão fazer a distribuição dos respectivos boletins de voto. A votação é secreta e nominal. Posterior à votação, será feita uma chamada e a votação incidirá nestes três organismos, por isso cada boletim de voto tem a sua cor para não criar confusão

(Pausa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, foi apresentada uma lista plurinominal.

De acordo com o nosso Regimento, as listas para os cargos exteriores à Assembleia são listas uninominais.

Eu solicitava que a Mesa se pronunciasse sobre a matéria.

Presidente: O Sr. Deputado tem toda a razão. Só agora é que vi os boletins de voto.

Realmente, o boletim de voto relativo ao Conselho Económico e Social tem que ser desdobrado, porque é uma lista completa.

Portanto, nós vamos proceder a esta alteração.

(Pausa)

Srs. Deputados, já temos o boletim de voto que estava incorrecto. Os serviços vão proceder à sua distribuição.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos iniciar a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Augusto António Rua Elavai

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Manuel Machado Menezes

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Francisco Couto de Sousa

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros

Hernâni Hélio Jorge

José António Cabral Vieira

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Humberto Medeiros Chaves

José do Nascimento de Ávila

Lizuarde Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Nélia Maria Pacheco Amaral

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Renato Luís Pereira Leal

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Srs. Deputados, efectuado o escrutínio, os resultados são os seguintes:

Votaram 43 Srs. Deputados.

Conselho Económico e Social

— Prof. Dr. Fernando Rosa Rodrigues Lopes

29 votos a favor

12 votos contra

2 abstenções

— Eng^o Luís Tadeu da Silva Dutra

37 votos a favor

6 votos contra

— Eng^o Francisco Ermínio Meneses Branco

31 votos a favor

10 votos contra

2 abstenções

— Francisco Jorge da Silva Ferreira

31 votos a favor

6 votos contra

6 abstenções.

Conselho Nacional da Educação

— Dr. Victor Rui Dores

31 votos a favor

6 votos contra

6 abstenções

Conselho Opinião da RTP

— Prof. Rúben Rodrigues

28 votos a favor

15 votos contra

1 abstenção.

Estão assim eleitos os nossos representantes nestes 3 organismos.

Finalmente, a Mesa apresenta ao plenário a seguinte Proposta de Resolução:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Janeiro.”

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Boa viagem para aqueles que têm que regressar às suas ilhas.

Boa tarde.

(Eram 17 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Avelar Nunes

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha

Partido Social Democrata (PSD)

José Francisco Salvador Fernandes

Os Redactores: Maria da Conceição Fraga Branco e José Rodrigues da Costa